

# III. História

*“Da mudança que as lingoas fazem  
per discurso de tempo:*

*Assi como em todas as cousas humanas  
ha continua mudança & alteração,  
assi he tambem nas lingoages.*

*E o que parecia increiuel,  
tambem isto estaa subiecto  
ao arbitrio da fortuna:*

*porque assi como os vencedores  
das terras & prouincias  
lhes dão leis em que viuaõ,  
assi lhes dão lingoa que fallem”.*



*Origem da Lingoa Portuguesa  
Per Duarte Nvnez de Lião,  
desembargador da casa da supplicação  
natvral da inclyta cidade de Evora*



*Dedicada ao Invictissimo e Catholico  
Rei D. Philippe o II. De Portvgal  
Nosso Senhor*



*Em Lisboa :  
Impresso por Pedro Craesbeck  
MDCVI*



**N**este capítulo final defenderei que a escrita portuguesa em 1600 faz parte de um ciclo histórico que remete aos primeiros registros escritos, e tem seu fim a partir do início dos 1700. Neste contexto, a língua portuguesa tem um horizonte mais amplo: o *horizonte peninsular*; no ciclo seguinte, pode-se remeter a uma 'língua nacional' no sentido moderno. Assim, para entender os horizontes da escrita seiscentista, é necessário remeter ao contexto Ibérico. É no âmbito maior da Península Ibérica que se devem localizar os processos históricos que podem incidir na instanciação da escrita – basicamente, os processos relativos à idealização lingüística, que modelam e direcionam esta idealização. Veremos que esses processos se fundam, nesse período, na relação com o castelhano como língua de prestígio na Península Ibérica.

Na primeira seção do capítulo, mostro como a relevância do espaço maior Ibérico pode ser compreendida em diferentes momentos históricos, desde o surgimento da escrita em português até o contexto seiscentista. O compartilhamento de origens históricas e tradições literárias na Espanha medieval é raiz do trânsito intenso entre os diferentes vernáculos escritos na península na Idade Média e Renascimento; e de fato, no período que vai de meados dos 1400 até (ao menos) fins dos 1600, a língua portuguesa não é veículo exclusivo de expressão escrita no território português – o que chega a colocar em risco seu estatuto de língua escrita no início da Idade Moderna.

Na segunda seção, examino como os desdobramentos lingüísticos desse processo têm sido interpretados na historiografia da língua e da literatura em português, e como se pode compreendê-lo no debate sobre a “*Questão da Língua*” entre os quinhentistas e seiscentistas.

Na terceira seção, defendo a hipótese de que nesse contexto histórico, a escrita portuguesa culta dos 1600, modelada nos padrões *espanhóis*, se pauta pela valorização de expressões niveladoras das diferenças regionais.

# 1. A escrita portuguesa no contexto peninsular

## 1.1 O contexto medieval: as línguas da *Espanha*

Vamos lembrar antes de tudo o resumo de Said Ali sobre a origem do português:

*Entre dialecto e língua não há diferença essencial senão a circunstância de ser a língua aquele dialecto que, entre outros muitos usados no mesmo país, se preferiu empregar como linguagem de chancelaria, servindo para a escritura de todos os documentos oficiais. O dialecto, que se adotou na côrte dos reis, passou a ser o falar da gente culta, ficando por fim a linguagem usada nas produções literárias.*

*Ao cabo de algum tempo a língua assim constituída emancipa-se necessàriamente do falar regional que lhe deu origem. Dá-se-lhe um caráter de uniformidade, submetendo-a a regras de bom gôsto, e a normas gramaticais mais fixas; introduzem-se nela expressões novas, que em grande parte se vão buscar ao latim. De popular que era, o antigo dialecto, agora língua oficial, adquire feição erudita e nobre, desprezando, por plebéias, certas maneiras de dizer que pareciam mal em bôca de gente de educação mais fina. (...)*

*Em Portugal foi entre os dialectos falados no norte do país que se tomou aquêle que constituiu a língua portuguêsã. Parece ter sido o de Entre Douro e Minho, quer dizer, o interamnense, ou talvez o galécio-português, isto é, o idioma falado nas margens do Minho. Os mais antigos documentos escritos em português que se conhecem, datam do século XII. Vê-se por êles que o idioma se formou em época muito mais antiga, pois a linguagem nosa aparece já bem caracterizada e mais semelhante ao falar de hoje que ao latim. Essa antiguidade do idioma se confirma por alguns vestígios de português que se encontram em documentos de latim bárbaro do século IX.<sup>1</sup>*

Veremos aqui que o processo pelo qual o português se “emancipa do falar regional que lhe deu origem” se dará em grande medida como um afastamento em relação ao passado arcaico – galego-português – e concomitante aproximação em relação à língua de prestígio da Península – o castelhano.

<sup>1</sup>Said Ali, 1921

Aqui não está em questão entrar na discussão sobre a definição de *língua* e *dialeto*; podemos ficar com Max Weinreich e considerar que *uma língua é um dialeto com exército e marinha*, que nos servirá bem para a finalidade desta reflexão. Estaremos mais preocupados em distinguir de que modo aparece a distinção entre os diferentes falares ibéricos em algumas obras importantes da reflexão lingüística em torno dos 1600. O fundamental aqui não será entender a *realidade* da situação dialetal/lingüística da Península Ibérica na época, mas sim compreender como alguns contemporâneos abordavam esta realidade.

No recorte do *continuum* dialetal das falas ibéricas na reflexão gramatical portuguesa e espanhola dos 1500 e 1600, o português será uma das *linguagens* da *Espanha*. *Espanha*, do latim *Hispania*, o termo usado pelos romanos para designar suas possessões na Península Ibérica como um todo; é nesta acepção original, e mais ampla, que a palavra e seus derivados – *hispânico*, *espanhol*, etc – será usada ao longo do período medieval em todas as partes da Península, e na Europa em geral<sup>2</sup>. Na Idade Média, enquanto *Espanha* designa a Península, *Castela* designará um dos reinos que a integram – assim como *Portugal*, *Aragão*, ou *Navarra*.

É preciso lembrar, entretanto, que a divisão política entre estes diversos reinos não constituía a fronteira mais importante da época. Como observa António Saraiva, na Ibéria medieval identificam-se três correntes culturais principais – ou nos termos da época, três “*nações*”: a moura, a judaica e a cristã<sup>3</sup>. Neste sentido os “*reinos cristãos ibéricos*” formavam um conjunto maior que pode ser caracterizado, em diversos planos, como uma unidade, frente à diferença marcante representada pelos árabes ao sul da Península. Entretanto, o reino de Castela seria a “*ponta de lança*” da colonização dos

<sup>2</sup> Assim é que, como lembra Antonio Saraiva, o português Pedro Julião, referência em todo o ocidente para os estudos aristotélicos no século 13, ficou conhecido como Pedro de Espanha, em referência a sua região de origem - uma vez que “*Ainda então se confundiam na designação de Espanha os vários reinos da península Ibérica*” (Saraiva 1988:103).

<sup>3</sup> Saraiva, 1988

espaços árabes da Península pelos cristãos. É como fruto de sua liderança na Reconquista que os termos *Castela* e *Espanha* vão passar a se confundir. Já no século 16, a expansão política e militar dos castelhanos, em seu auge, irá incluir o território português e a Catalunha – isto é, os reinos cristãos restantes. A *Espanha* – que viria assim a se firmar como a principal potência europeia até o século 17 – forma então uma unidade não apenas cultural, mas política e administrativa, sob a coroa castelhana.

No período medieval, no âmbito da “*nação cristã*”, as culturas portuguesa, castelhana, aragonesa ou catalã podem ser consideradas como um todo relativamente homogêneo – inclusive do ponto de vista lingüístico, “*em um momento no qual os romances ibéricos ainda se assemelhavam muito uns aos outros*”<sup>4</sup>. Neste período serão portanto *espanhóis* os cristãos da Península, e serão *espanholas* as línguas por eles faladas, geneticamente relacionadas entre si e ao latim. Fernando Vasquez Corredoira lembra que no período medieval, “... *similarmente ao que acontece hoje nos países ocidentais ou ocidentalizados com as crenças religiosas, as línguas não eram postas centralmente ao serviço da conformação identitária étnica nem da rivalidade entre as monarquias*”<sup>5</sup>. Nos tratados e gramáticas escritos até finais do século 16, o termo *Espanha* remete sempre a esta unidade geográfica e histórica ampla – a Península Ibérica, em filiação direta ao termo romano *Hispania*, como vimos. As diferentes unidades políticas no interior da península recebem seus nomes particulares, e os idiomas aí falados seguem esta denominação mais estreita: *português*, *catalão*, *castelhano*. Estes usos são comuns tanto aos textos portugueses como aos castelhanos; e o nome *espanhol* não é usado para designar quer o idioma *castelhano*, quer qualquer outro da península. A expressão *língua espanhola* será freqüente nos tratados publicados a partir do início do século 17. Aparece nas *Origens da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes de Lião de 1606 (cf. quadro I), sempre em um sentido *geral*, ou *histórico*, designando um

<sup>4</sup> Saraiva, 1995

<sup>5</sup> Corredoira, 1998:21

difuso *romance* medieval (e em sua *Ortographia da Lingoa Portuguesa* publicada em 1576, com o subtítulo *Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem*).

Mais de um século depois das *Origens* de Lião, Gregorio Mayans y Siscar publica as *Orígenes de la lengua española*, em 1737. Neste tratado sobre a história das línguas na Península Ibérica, o termo *lengua española* é usado explicitamente para designar o castelhano como língua geral da região:

10. *Sabido ya qué cosa es lengua, sólo queda por decir que por lengua española entiendo aquella lengua que solemos hablar todos los españoles, quando queremos ser entendidos perfectamente unos de otros. (...)*

11. *Entendiendo pues nosotros por lengua española la castellana, o la general que hoi se habla en España, i comúnmente entienden con gran facilidad todos los españoles menos los vizcaínos, si no es que la aprendan mui de propósito (...)*<sup>6</sup>

Este esclarecimento sobre a aceção do termo Espanha é interessante para contextualizar a delimitação da “língua portuguesa” na diversidade lingüística da Península Ibérica em algumas obras da tradição gramatical. As abordagens da diversidade lingüística da Península Ibérica nos primeiros tratados históricos partem do período pré-românico, mas dedicam sua maior atenção à generalização do latim no início da época romana, à diferenciação do vulgar a partir do fim dessa época, e à formação das diferentes línguas ou dialetos ao longo da Idade Média. Para esse período, será fundamentalmente a história política da formação dos diferentes reinos que explicará a divisão entre as línguas e dialetos. Para exemplificar este percurso, os quadros I e II abaixo reproduzem passagens de duas das principais obras sobre a história das línguas na Península: As “*Origens da Lingoa Portuguesa*” de Duarte Nunes do Lião (1606), e as “*Origens de la Lengua Española*”, de Mayans y Siscar (1737).

<sup>6</sup>Mayans y Siscar, 1737:329

## QUADRO I

### Raízes históricas da diversidade lingüística da Península Ibérica – em Lião

---

Duarte Nunes do Lião, *Origens da Lingoa Portuguesa* 1606 (pp.30-33, meus grifos):

*“... veo a Hespanha a inundaçã dos Godos, Vandalos, & Sitingos, & de outras gentes barbaras, que devastaraõ Italia, & as Gallias, & dominaraõ Hespanha, & com sua barbara lingoa corromperaõ a Latina, & amesturaraõ com a sua da maneira que se vé nos liuros, & scripturas antigas que pelo tempo foi esta lingoa fazendo differença nas prouincias de Hespanha, segundo as gentes a vieraõ habitar.*

*Depois dessa barbaria que se introduzio veo a perdiçã de toda Hespanha, que os Mouros assolaraõ, & destroiaraõ entre os quaes ficaraõ os Hespanhoes h-us captiuos, outros tributarios por partidos, que de si fizeraõ, para lhes laurarem as terras como seus aseripticos, & inquilinos. E viuendo entre elles corromperaõ ainda mais a lingoa mea Gothica, & mea latina que fallauão tomando outros vocabulos dos Mouros, ~q ainda oje nos duraõ.*

*Depois deste captiueiro vindose recuperar muitos lugares de poder dos Mouros, pellas reliquias dos Christaõs que da destroiçã dos Mouros escaparaõ nas terras altas de Vizcaia, Austurias, & Galliza.*

*E faz~edo cabeças de alg~us senhorios ficou aquella lingoa Gothica, que era comua a toda Hespanha faz~edo alg~ua diuisã, & mudança entre si cada hum em sua regiaõ segundo era a gente com que tratauaõ como os de Cathalunha que por aaquella parte vir el Rey Pipino de França com os seus ficou naquella prouincia sabor da lingoa Francesa, & se apartou lhes ficou notauel differença entre ella, & a lingoa de Castella, & das de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi h~ua mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciaçã que as outras partes de Hespanha naõ tem.*

*Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manão para outros hom~es, o que nunca houue em Galliza.*

*Era a lingoa Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, & mui curta, & falta de palauras, & cousas, por o misero estado, em que a terra estiuera: o que lhe conueo tomar de outras gentes, como fez.*

*Polo que sua meninice foi no tempo del Rei dom Afonso VI, de Castella, & no do Conde dom Henrique ate o del Rei dom Dinis de Portugal que teue alg~ua policia, & foi o primeiro que pos as leis em ordem, & mandou fazer copilaçã dellas, & compos muitas cousas em metro aa jmitaçã dos Poetas Proençaes, como se melhorou a lingoa Castelhana em t~epo del Rei dom Afonso o sabio seu auo, ~q mandou escreuer a chronica geral de Hespanha, & copilar as sete partidas das leis de Castella, obra graue, & mui honrada, posto que rude nas palauras, como tambem mandou tralladar muitos authores da lingoa latina na Castelhana.”*

*E asi se foraõ ornando ambas as linguas, Portuguesa & Castelhana ate a policia em ~q agora estão.”*



## QUADRO II

### Raíces históricas da diversidade lingüística da Península Ibérica – em Mayans y Siscar

#### Mayans y Siscar, 1737, *Orígens de la Lengua Española* (pp.348-354, meus grifos):

71. Pero bolviendo a la lengua española que es mi asunto principal, como las lenguas suelen ser tantas como las dominaciones, i los españoles christianos recuperaron a España por distintas partes, dominadas de diferentes príncipes, cada uno introdujo con su dominio su language. (...)

74. Por otra parte, los christianos que se recogieron en algunos lugares fuertes de los montes Pirineos, i singularmente en el monte Uruel, primeramente debajo de la conduta del santo i animoso varón Juan de Atarés, i después debajo de Garci-Giménez, que dio feliz principio a los reyes de Sobrarve, fueron conquistando a Aragón i Navarra, también procuraron conservar su lengua romano-española, i de esto i de la vecindad i trato de los aragoneses i castellanos nace la grande conformidad entre una i otra lengua, aragonesa i entre una i otra lengua, aragonesa i castellana; aunque antiguamente la aragonesa se conformava mucho más con la valenciana, o, por decirlo mejor, era lemosina. De tal suerte, que el Índice que escribió Gerónimo Blancas, donde se declaran algunos vocablos aragoneses antiguos que hai en las corónicas de los serenísimos reyes de Aragón, contiene vocablos puramente lemosinos, i muchos instrumentos que copió en sus Comentarios de las Cosas de Aragón, quanto más antiguos, más lemosinos son.

75. Por otra parte, los catalanes, favorecidos primero de los franceses, i después por sí solos, ivan estendiendo sus conquistas i con ellas la religión christiana i propia lengua, que era la lemosina, esto es, la romana, corrompida en tierra de Limoges, no en Lenguadoque, como dice el autor del Diálogo de las lenguas.

76. Pero viniendo ya a nuestro asunto, si como queda dicho la lengua castellana fue romana en su origen i después se naturalizó en Castilla, i la lemosina también fue romana en su origen i después se naturalizó en tierra de Limoges, de unos i otros nacieron los modos de hablar romance castellano i romance lemosín.

77. La lengua lemosina fue la lengua erudita en tiempos passados. Aún hoy lo atestiguan tantos libros como quedan, pero que se van perdiendo muy aprisa por el poco amor a las cosas propias i demasiada afición a las estrangeras. Los poetas provinciales escribieron en esta lengua. Por esso el Dante en el fin del canto XXVI (para que se vea la antigüedad de nuestros poetas) introdujo a Arnaldo Daniel, poeta proenzal, trobando en lengua lemosina. (...)

79. Los dialectos de la lengua lemosina son la catalana, valenciana i mallorquina. La catalana ha recibido muchos vocablos de la francesa; la valenciana, de la castellana; la mallorquina se llaga más a la catalana, como hija della. De todas las tres la más suave i agraciada es la valenciana, i no me lo hace decir la pasión.

80. La lengua castellana tiene muchos dialectos, los quales conservan en su variedad la memoria de los antiguos dominios. Pero dejando aparte las voces particulares de cada reino o provincia, i su especial pronunciación, que aun en el trato común son los caracteres que señalan i determinan a los de cada nación, los más desconformes entre sí i que constituyen dos dialectos notoriamente reparables son el portugués i el castellano.

81. El portugués, en el qual comprehendo el gallego, considerando aquél como principal porque tiene libros i dominio aparte, i dejando ahora de disputar cuál viene de cuál, el portugués, digo, aunque es dialecto distinto del castellano, es tan conforme a él que, si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano I así, sin mucha diligencia, pudo componer Jorge de Montemayor aquel soneto castellano i portugués, que publicó en su Cancionero i dice así:

Amor con desamor se está pagando  
Dura paga pegada estrañamente,  
Duro mal de sentir estando ausente  
De mí que vivo en pena lamentando.  
O mal, ¿porqué te vas manifestando?  
Bastávote matarme ocultamente,  
Que en fe de tal amor, como prudente,  
Podíais, esta alma atormentando.  
Considerar podía Amor de mí,  
Estando en tanto mal que desespero  
Que en firme fundamento esté fundado,  
Ora se espante Amor en verme así,  
Ora diga que passo, ora que espero  
Sospiros, desamor, pena, cuidado.

82. Del Orígen de la lengua portuguesa escribió barto bien Duarte Núñez de León, el qual publicó su libro en Lisboa, año 1606, en 4, al mismo tiempo que el canónigo Aldrete imprimía en Roma el suyo del Orígen de la lengua castellana, por estar generalmente detenidas en España por algunas causas todas las licencias de imprimir libros de nuevo. 91 Así se explica Aldrete en la Dedicatoria de sus libros del Orígen de la lengua castellana. Las causas eran las disensiones de esta corte con la romana. Vese claramente que las lenguas portuguesa i castellana son dialectos muy conformes entre sí, pues Núñez de León señaló a la portuguesa los mismos orígenes que Aldrete a la castellana, i en el fin del cap. 25 del Orígen de la lengua portuguesa, puso unos versos heroicos de incierto autor, escritos en portugués i en latín, i pudiera añadir que también en castellano, los quales, aunque no contienen grandes pensamientos, merecen trasladarse aquí por averse compuesto con tan estraño artificio. El himno es en alabanza de santa Úrsula i de las vírgenes mártires, sus gloriosas compañeras, i dice así (...)

A obra de Duarte Nunes é precursora na reflexão sobre a história das línguas na Península; a abordagem de Mayans y Siscar é semelhante a ela em diversos aspectos (o que aliás o próprio Siscar observa, no parágrafo 82). Ambas explicam a diversidade lingüística da Península sobretudo como fruto da divisão histórica dos reinos cristãos na Idade Média.

Mayans y Siscar identifica neste mapa lingüístico duas partes principais: de um lado, listara as *línguas espanholas* que ele não chamará de *castelhanas* - diferenciando a parte oriental da Península, por sua história própria, e identificando assim o catalão e seus dialetos. De outro lado, lista os diferentes *dialetos do castelhano* - entre os quais, note-se bem, ele inclui o Português. Assim, neste tratado setecentista, o português é tratado não apenas como uma *língua espanhola*, mas como um dialeto do castelhano. Português e castelhano seriam os mais marcantes dialetos da parte ocidental da Península; e para justificar a *conformidade* entre os dois, Siscar traz aspectos históricos, mas também constatações mais “formais” (com sua leitura do soneto *castellano i português*). É interessante notar o tratamento distinto dado por exemplo ao Catalão (sem falar no Basco, que não é língua *espanhola*), especialmente quando nos lembramos que nesta época (1730) a Catalunha era parte do reino da Espanha, enquanto Portugal era um reino independente já desde 1640 (ou, do ponto de vista espanhol, desde o fim das guerras autonomistas, em 1668). Desta forma, as fronteiras políticas não coincidem inteiramente com a delimitação dialetal proposta por Mayans y Siscar: o catalão não é um dialeto do castelhano, embora a Catalunha seja súdita de Castela; em contrapartida o português é um dialeto castelhano, embora seja falado em um país independente.

Assim, na abordagem de Siscar a delimitação de unidades e fronteiras obedece a critérios políticos, históricos e também formais. A identificação ou valorização de cada *vulgar* como língua aparece em boa medida associada a fatores políticos; é o caso do contraste entre o galego e o português (a que voltarei mais adiante), onde o português é considerado “*principal porque tiene libros i dominio a parte*”. Há também diferenciações de

cunho mais histórico; é o caso da diferenciação entre o lado oriental e o ocidental da Península – aí tanto Mayans y Siscar como em Nunes de Lião lembram as origens para delimitar unidades. Em outros momentos, a delimitação pode exceder os limites políticos; é o que notamos na explicação para incluir o português como dialeto castelhano, fundamentalmente baseada em uma impressão de compreensão da escrita portuguesa.

O processo de emancipação do português em dialeto escrito fica bem ilustrado na aceção de Duarte Nunes de Lião sobre a formação das línguas da *Hespanha*. Na divisão política entre os diferentes reinos, depois da invasão “gótica”, as línguas espanholas foram se diferenciando entre si; por exemplo, o catalão se tornou notavelmente diferente, por influência do francês, e se afastou do castelhano e do galego-português. Galego e português são no início quase a mesma língua (*..as quaes ambas eraõ antigamente quasi h~ua mesma, nas palauras, & nos diphtongos, & pronunciaçaõ que as outras partes de Hespanha não tem*) mas depois se afastam – crucialmente, o português se torna superior ao galego: *“Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quãto na copia & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manão para outros hom~es, o que nunca houue em Galliza”*. Vejamos o paralelo com o resumo de Said Ali: o processo no qual o português se *aventajou* do galego se dá graças à presença dos Reis e da Corte em Portugal. Lião trata este processo em conjunto ao que acontece em Castela: *“Era a lingoa Portuguesa na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, & mui curta, (...) E asi se foraõ ornando ambas as lingoas, Portuguesa & Castelhana ate a policia em ~q agora estão”*.

Veremos, agora, que no período mais agudo da integração ao espaço *espanhol*, também Portugal esteve na iminência de perder seus *livros e domínios próprios*, tendo em vista, de um lado, a perda da autonomia política; e de outro, o bilingüismo literário.

## 1.2 A literatura face ao contexto Ibérico:

### o *bilingüismo literário*

*Cuando en los dominios españoles no se ponía el sol, aun eram mas extensos los horizontes por donde se dilataba la lengua castellana, crescida y robustecida por la savia con que la italiana, después del Renacimiento, se habia desarrollado vigorosa. Una y otra lengua habian llegado á perfección de poder hacer propios, sin pérdida de su galana consisión y nerviosa energia, los clásicos griegos y latinos: más ninguna como la castellana dispuso del medio poderoso de sus ejércitos y armadas, que la hicieron universal, oficial y de moda en las naciones que sometia, en los países que conquistaba y mundos que descubria. Su propagación e influjo fueron (á pesar de distancias y de diversidad de lenguas, religión, climas y aun de razas) tan grandes, como su imperio.*

*Cual fuese el influjo que ejerció en un país contiguo, de casi la misma lengua, de una misma religión e igual origen, es lo que nos propusimos e intentamos averiguar en este modesto trabajo, que ofrecemos à la Nacion española, ganosos de aliviar nuestro pecho del peso de la gratitud, pagandole el tributo que le debemos por toda nuestra educación literária, que como à próprio hijo nos dió generosa en su regazo. Movidos de este sentimiento, no tememos que pueda ni aun presumirse, que nuestro fin sea defraudar el rico tesoro de la literatura castellana de algunas flores y perlas, que no porque fuesen mandadas de las tierras y playas lusitanas, dejan de pertenecerle.*

Domingo Garcia Perez, 1890;

*Apresentação ao Catalogo razonado biografico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano.*

*Bilingüismo literário* é o termo mais corrente para se descrever o uso generalizado do idioma castelhano por escritores portugueses em um período compreendido entre os séculos 15 e 18 (a depender das descrições). Ou nas palavras de um secretário da Real Academia Española no século 19,

*el curioso fenómeno que presenta la literatura portuguesa expresándose en castellano en aquellos periodos en que, al parecer, han sido los odios políticos mas vehementes.<sup>7</sup>*

Para apurar qual a extensão temporal e literária do bilingüismo, e qual o volume de obras produzidas por portugueses em castelhano, recorri aqui ao *Catalogo razonado biografico y bibliográfico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, de Domingo

<sup>7</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

Garcia Peres, publicado em 1890 em Madri. Neste dicionário biográfico, o historiador lista 542 autores portugueses que publicaram em castelhano entre os séculos 14 e 19. Nota-se de saída que o bilingüismo não pode ser considerado uma idiosincrasia limitada ou passageira. De fato, nas palavras do secretário-geral da Real Academia Espanhola no prefácio ao *Catálogo*, a lista de Pérez contempla “*casi la totalidad de los portugueses dignos de fama*”<sup>8</sup>.

Os *dignos de fama*, e também outros menos lembrados, uma vez que o catálogo abrange uma imensa variedade de gêneros, incluindo desde alguns versos de Camões até uma *Arte de cocina, pasteleria, biscocheria y conserveria*, publicada em Madri em 1611 por Francisco Martins Coutinho (português que foi cozinheiro de Felipe II). Assim, Peres (por sinal ele mesmo português) trata de listar toda e qualquer produção escrita em castelhano por autor português. Faz-se necessário distinguir desta listagem ao menos dois conjuntos básicos, e ainda em cada um, certos perfis específicos.

O *Catálogo* compreende uma faixa de cinco séculos de produção escrita. Há no registro obras medievais, como os próprios cancioneros, escritas entre os séculos 13 e 15, que precisam ser compreendidas no contexto maior daquela certa *indistinção* entre os idiomas da península enquanto veículos de literatura. Vêm então as obras escritas no período quinhentista e seiscentista, que mais interessam a este estudo – e é sobretudo nelas que centrarei a análise que segue, a respeito da intensidade e conseqüências do bilingüismo.

Além disso, é interessante distinguir dois tipos de autores incluídos. O primeiro grupo seria o dos autores mencionados que são por assim dizer *litteratos*; e este conjunto se subdivide ainda entre os autores de origem portuguesa que – no dizer da época – *passaran a Castilla*, construindo a maior parte de sua obra em castelhano (Sá de Miranda, Jorge de Montemayor, Bernarda Ferreira de Lacerda e outros); autores que efetivamente

---

<sup>8</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

alternavam entre os idiomas (Manuel de Galhegos, Pero de Andrade Caminha, Maria do Céu, Manuel de Melo, e outros); e aqueles que escreveram apenas *eventualmente* em castelhano (Antonio Vieira e outros; cf. quadro III). Um segundo grupo de nomes compreende os autores *bilíngües* que não são, propriamente, nomes da literatura, mas sim humanistas e tratadistas – casos significativos que mostram que o bilingüismo não pode ser bem interpretado como uma *roupagem estilística* para a lírica seiscentista. Mostram isso títulos como os seguintes, entre muitos outros:

*Libro de Álgebra, Aritmética y Geometria*

(Pedro Nunes, 1567 em Anvers - cf. Garcia Peres 1890:426);

*Tratado repartido en cinco partes principales que declaran el mal que significa este nombre Peste, con todas sus causas y señales, pronósticos é indicativos del mal, con la preservación y cura que en general y particular se debe hacer*

(Ambrosio Nunes, 1601 em Coimbra, cf. Garcia Peres 1890:425);

*Discurso de la providencia y cura de secas y carbuncos con contagios*

(Francisco Silva e Oliveira, 1603 em Granada, cf. Garcia Peres 1890:517);

*Navegacion especulativa y práctica, reforma de sus reglas y tablas para las observaciones de Ticho-Brabe con enmienda de algunos yerros esenciales*

(Antonio de Náxera, 1628 em Lisboa, cf. Garcia Peres 1890:422);

*Hidrografia curiosa de la navegación*

(Antonio Mariz Carneiro, 1675 em San Sebastian, cf. G. Peres 1890:351);

*Propugnacion de la racionalidad de los brutos*

(Manuel Pereira de Castro Padrão, 1753 em Lisboa, cf. Garcia Peres 1890:440).

Vê-se que tratadistas portugueses de diversos campos publicavam em castelhano no exterior (caso do matemático Pedro Nunes), na Espanha e em Portugal (caso dos tratados de astronomia e jurídico) – neste caso, até pelas próprias universidades portuguesas (como o fez Ambrosio Nunes, que era doutor e catedrático de medicina da Universidade de Coimbra, onde o volume foi publicado).

Tomo estes fatos tais como registrados por Garcia Peres como indicadores da *amplitude* do uso do castelhano em termos de escolas estéticas e, mais que isso, sua *generalização* para todo o tipo de literatura, seja aquela considerada mais “elevada” (como a própria

poesia lírica), seja a mais “prosaica” (como até mesmo a científica) – de fato, sua abrangência para *todo tipo de escrita*.

### 1.2.1 Raízes e significado do bilingüismo literário

A grande parte das interpretações das raízes do bilingüismo literário remete à unidade lingüística e ao compartilhamento das tradições literárias da Península Ibérica. É esta certamente a perspectiva da historiografia espanhola; já o secretario da Real Academia, na introdução ao *Catálogo* de Garcia Perez, ao recomendar a obra salienta que

*en ella se entrañan y sintetizan cuestiones de primera importancia para nuestro país, relacionadas con la unidad de raza, de pensamiento y de lenguaje de la península ibérica unidad que si en el campo de los hechos históricos tiene contradictores, en esta esfera purísima intelectual y moral se impone irresistiblemente como obra de la misma naturaleza que en un molde único y solo ha formado la región onde españoles y portugueses habitamos.*

*Así nuestras bibliografías, como las suyas, que en lo antiguo personifican D. Nicolás Antonio y Barbosa, y en lo moderno Inocencio da Silva y Gallardo, mostraron siempre á las dos literaturas tan estrechamente unidas que en ellas es mas difícil que en los mapas geográficos señalar con exatitud la línea divisoria de cada pueblo.<sup>9</sup>*

O mesmo autor chama ainda atenção à herança comum da literatura portuguesa e castelhana, lembrando a questão dos cancioneiros peninsulares; de fato ele conceitua as duas tradições, ao menos no período medieval, como uma mesma literatura:

*La pérdida, pues, de Portugal en el siglo XII apenas tubo consecuencias para nuestra literatura, que siguió, no digamos influyendo, sino siendo la misma de aquel país, hasta que los escritores llamados quinhentistas, hijos algunos de ellos de nuestras escuelas, hermanos nuestros en saber y por ende conocedores de los progresos de nuestro idioma, se aplicaron á pulir y perfeccionar el suyo, antes como gala y ostentación de virilidad nasciente, que como instrumento propio y popular, pues siguieron usando el nuestro aquellos mismos hombres hasta el punto que revelan los Romanceros y Cancioneros peninsulares, donde muchas veces ní aun los apellidos ayudan á distinguir la nacionalidad de los autores.<sup>10</sup>*

<sup>9</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

<sup>10</sup>Garcia Perez, 1890: Introdução

Na historiografia portuguesa moderna da literatura, faz-se referência à superposição dos limites geográficos ou políticos pelas literaturas medievais – isto é, no bojo de uma tradição literária peninsular, diferentes momentos históricos proporcionariam diferentes “*línguas de acolhimento*”: o galego-português para a poesia trovadoresca medieval, como o castelhano para a poesia lírica clássica. José Augusto Bernardes salienta que o fim do uso literário do galego-português, por volta do século 14, não significou o fim da poesia lírica em Portugal, pois para se compreender a história da literatura portuguesa, será necessário olhar para além das fronteiras do idioma. E isso se aplicaria também ao período renascentista e clássico – uma vez que enquanto um poeta lírico português do século 14 escrevia em galego-português, um poeta português do século 16, escreverá em castelhano<sup>11</sup>. Assim, seria a Península a unidade básica para se compreender o nascimento e o desenvolvimento da lírica.

No entanto, o compartilhamento das tradições literárias pode explicar a *possibilidade* do bilingüismo; mas não sua *causa*. Embora as duas línguas compartilhem um espaço cultural e literário que *é Espanhol antes de ser castelhano ou português*, neste espaço, o que determina a necessidade de se escrever em castelhano é o prestígio da escrita neste idioma no contexto da cultura e da literatura europeias da época, e por outro lado o desprestígio da língua portuguesa a partir do mesmo contexto. Pois se o único fator em jogo fosse a *unidade lingüística e cultural* da Península, por que não se encontram autores

<sup>11</sup>“Quando se consideram apenas os limites de um qualquer idioma (o português, o castelhano ou o catalão) o itinerário do lirismo peninsular não pode ser reconstituído sem interrupções inexplicáveis; basta porém assumir-se uma perspectiva cultural e não apenas lingüística para se começar a fazer mais luz. Na multiplicidade dos subgéneros que a caracterizam, a própria poesia trovadoresca configura, na prática, um código de expressão que excede a proveniência social e geográfica de seus protagonistas e quando o seu gosto começa a desfalecer nos círculos palacianos, verifica-se um fenómeno típico de apropriação popular, que permite sua sobrevivência, adequada agora à natural divergência de idioma. Nessa medida, o castelhano e o português tornam-se línguas de acolhimento e transformação de uma tradição lírica popular que vai sedimentar-se na Península ao longo do século XV”; Bernardes, 1999:163, meu grifo. E mais adiante: “E assim como durante o século XIV é ainda possível encontrar poetas castelhanos e aragoneses a escrever em galego-português, também vai ser corrente entre poetas portuguesas a adopção do idioma castelhano, como sinal de integração numa corrente que era essencialmente peninsular antes de ser portuguesa ou castelhana”. Bernardes, 1999:164, meu grifo.



castelhanos escrevendo em português no mesmo período?

Assim, embora esteja alicerçado na *unidade da tradição literária peninsular*, o uso do castelhano irá configurar uma relação assimétrica entre os dois idiomas.

Neste sentido é interessante examinar de que forma alguns dos escritores portugueses dos séculos 16 e 17 explicitam as razões para a opção por um ou outro idioma. Entre os escritores portugueses que justificaram sua opção pelo castelhano (e ressaltando que forma poucos os que se sentiram impelidos a fazê-lo expressamente nas obras), a maior parte fará referência à universalidade deste idioma, que possibilitaria ampliar o público leitor. Diversas justificativas neste sentido foram registradas por Pilar Vasquez Cuesta<sup>12</sup>; nelas, a questão da universalidade é bastante clara. Nota-se um caráter pragmático, ou de conveniência do uso do castelhano; o autor que desejasse ver seus escritos atravessarem as fronteiras do reino – e, até, “*as fronteiras temporais*”, para Vasquez Cuesta – escrevia em castelhano, diante da noção de que as obras em português estavam envolvidas no risco de permanecerem obscuras, e dirigidas a um público local e limitado.

Além desta questão mais pragmática do *alcance de público*, é importante notar que a *universalidade* do castelhano (aspecto a ser mais desenvolvido em item a seguir) aparece

<sup>12</sup> Transcrevo algumas: em um relato de viagem publicado em 1610, anônimo: “*primero escribí estas relaciones en mi lengua materna portuguesa (...), y queriendo imprimir por licencia que ya para ello tenia mudé de parecer, obligado de la instancia y consejo de amigos, púselo en lengua castellana (...), juzgando que en esta lengua quedaba más comunicable y mi patria antes recibía sevicio que ofensa; no dudo que como va escrito en lengua no propria lleve el estilo y habla muchas impropriedades que tú, cándido lector, corregirás com tu prudencia y saber* (cf. Cuesta 1986:119, meu grifo)”. Bernarda Ferreira de Lacerda, autora portuguesa de *España Libertada*: “*Y tu mi patrio reino lusitano que de muchos de Europa eres corona, si por escribir esto en castellano he dejado tu lengua, me perdona; que es el origen de la historia hispano y quiero que mi musa, pues la entona, también a lo español vaya vestida para ser más vulgar e conocida* (cf. Cuesta 1986:114, meu grifo)”. D. António de Sousa Macedo, em *Flores de España, Excelências de Portugal* (1631): “*Y perdonad si, dejada la excelente lengua portuguesa, escribo en la castellana, porque como mi intento es pregonaros por el mundo todo, he usado por más universal esta y porque también los portugueses saben estas excelencias y así para ellos no es menester escribilas* (cf. Cuesta 1986:118)”.

muitas vezes ligada à certas características formais desta língua: a universalidade é conjugada à sua maior clareza ou facilidade, em comparação com o português. Isso fica evidente na segunda parte da justificativa de Bernarda Ferreira de Lacerda, registrada por Cuesta, e que reproduzo:

*Confieso de tu lengua que merece  
mejor lugar después de la latina  
com que en muchas palabras se parece  
y es como ella de toda historia dina,  
empero el ser tan buena la escurece,  
y así la estraña gente nunca atina  
com su pronunciación y sus dulces modos  
y la española es fácil para todos.<sup>13</sup>*

Ainda Bernarda Ferreira de Lacerda afirma, no prólogo às *Soledades de Bucaço (A las Religiosas carmelitas descalças del convento de San Alberto de Lisboa)*, publicado em 1634:

*escribo en castellano por ser idioma claro, y casi comun; si desto me hicieren cargo mis Portugueses, conténtense com el original, de quien lo más que ofrezco en esta cópia á todos, es lo menos*<sup>14</sup>.

Lembremos, ainda a este respeito, Nunes de Lião:

*Os Castelhanos e os afeiçoados da sua língua se jactam que, por elegância e excelência dela, é comum a muitas nações que a entendem e falam como na mesma Espanha, em Itália e nos estados de Flandres, e ainda entre Mouros, que a têm por sua aljama, e que a portuguesa tem uns limites tão estreitos, que não passa da raia de Portugal, tomando daí argumento da melhoria de uma e menoscabo da outra.*<sup>15</sup>

É possível observar, assim, que no uso mais generalizado do castelhano, alguns portugueses passam a enxergar traços de superioridade deste idioma frente à língua materna; pode-se antever o desprestígio a que, lentamente, o português será relegado<sup>16</sup>. Entretanto, nem sempre as justificativas para o uso do castelhano explicitam uma

<sup>13</sup>cf. Cuesta 1986:114, meu grifo

<sup>14</sup> cf. Garcia Peres, 1890:221

<sup>15</sup> Lião, op.cit., meu grifo

superioridade deste idioma; às vezes, até, a própria complexidade da língua materna merece justificativas que acabam por glorificá-la. A língua portuguesa será tida como a mais próxima ao latim, a mais rica na sua variedade de pronúncia – mas, entretanto ou por isso mesmo, a *menos clara* das duas. Assim, é possível ver um mesmo autor a um tempo louvar a língua portuguesa e justificar o uso da castelhana – é o caso exemplar de Bernarda Ferreira de Lacerda, com dizer da língua portuguesa que *empero el ser tan buena la escurece*. A opção pelo castelhano pode portanto se revestir de uma justificativa ao mesmo tempo patriótica e pragmática.

Houve também, notavelmente, autores portugueses que julgassem necessário justificar o uso da língua materna em suas obras. É o caso deste exemplar trecho do *Prólogo da Monarquia Lusitana*, de Bernardo de Brito (1596):

*Alguns com zelo de amigos me aconselharão compuzesse esta Obra em lingoa Latina, dizendo, que pera minha reputação, & pera se divulgar por mais partes convinha ser nesta forma: & quasi me tiverão abalado pera o fazer, se não considerara ser hum genero de imprudencia, á conta de ganhar fama com estrangeiros, perdela com os naturaes: & antepôr o proveito proprio ao gosto commum do povo, que não sabendo a lingoa Latina, avia de permanecer na ignorancia, que teve de suas cousas té o tempo dagora.*

*Outros considerando a criação & uso, que tinha da lingoa Castelhana, me dizião a compuzesse nella: pois além de se entender em todos os Reynos de Espanha, & muitos fora della, me livrava da grossaria, & ruim methodo de historiar da Portugueza. Mas como esta opinião era tão mal fundada, que nem sombra tinha de boa, nunca fiz rosto a quem ma persuadia. Vendo que a primeira razão me arguia de interesseiro, em pretender gasto da impressão; & a segunda de indigno de nome Portuguez, em ter tão pouco conhecimento da lingua propria, que a julgasse*

<sup>16</sup>E que transparece no seguinte trecho de Manuel de Gallegos registrado por Cuesta: “A língua portuguesa como não é hoje a que domina esqueceram-se dela os engenhos que com seus escritos a podiam enriquecer e autorizar; e quem agora se atreve a sair ao mundo com um livro de versos em português arrisca-se a parecer humilde; pois escreve numa língua cujas frases e cujas vozes se usam nas praças, o que não deixa de ser embaraçoso para a altiveza (...)”, cf. Cuesta 1986:121. Também ‘Gallegos’ (que escreveu em castelhano diversas obras poéticas de inspiração gongórica, entre as quais a mais conhecida é *Gigantomachia*, publicada em 1628) é elogiado por Lope de Vega no *Laurel de Apolo*, segundo Garcia Peres: “Quando en tu lyra, Lusitano Oríco/ Manuel Gallegos, las batallas cantes/ De encelado y Tifeo, / No admire el alto premio tu desco: / Que alcanzarán con versos elegantes/ Estrellas por laureles tus Gigantes”. (L. Vega, Silva 3a do *Laurel de Apolo*, cf. Garcia Peres 1890:247).

*por inferior á Castelhana: sendo tanto pelo contrario, que não ha lingua em Europa (tomada nos termos que hoje vemos) mais digna de se estimar pera Historia que a Portugueza. Pois ella entre as mais, he a que em menos palavras descobre móres conceitos, & a que com menos rodeos, & mais graves termos dá no ponto da verdade. E se como ella de si he grave, & natural pera narração verdadeira, a engrandecerão seus naturais com impressões & livros compostos nella; fora hoje tanto, & mais famosa que a Castelhana & Italiana. Mas carecendo deste bem, & tendo dentro em si filhos tão ingratos, que, a modo de venenosas viboras, lhe rasgão a reputação & credito devido, não he muito estar em tal opinião té o tempo dagora. E se alguma cousa me lastima, he vêr que a pouca noticia, que della tenho, me fará levar o estilo da Historia menos lustroso, do que pudera hir, sendo composto por quem fizera seu fundamento na elegancia & fermosura da pratica, mais que na verdade & certeza do que se conta. O que se não permite em homem, que professa nome de Historiador authentico, & tem mais os olhos em apurar a verdade, que buscar invenções exquisitas, & frases elegantes com que pintar a Historia. Assi que se junto como os louvores, que dou á lingoa Portugueza, usar imperfeitamente de suas excellencias, desculpeme a razão apontada, & a profissão Monastica que sigo, na qual se exercita mais a goarda do silencio, que as elegancias, & trocados na pratica.<sup>17</sup>*

Maria Leonor Buesco comenta esta “profissão de fé lingüística” lembrando a coragem e independência de Bernardo de Brito<sup>18</sup>.

Entretanto, é importante observar que o fato de ele julgar necessário explicar a opção pela própria língua materna é em si digno de nota.

Assim, houve, no período de bilingüismo, quem reagisse contra o uso do idioma do país vizinho – e algumas destas reações têm o sabor de libelos patrióticos. Caso célebre na defesa do idioma pátrio foi o poeta António Ferreira (1528-1569), mencionado por diversos historiadores como um dos poucos poetas quinhentistas que se recusa a escrever em castelhano (sem que se diga, entretanto, quais os outros<sup>19</sup>). O poeta não

<sup>17</sup> Brito, 1596:Prólogo

<sup>18</sup> Buesco, 1978:85:nota 45

<sup>19</sup> O secretário da Real Academia menciona outro autor português “rebelde”: “...casi la totalidad de los portugueses dignos de fama, si damos crédito á uno de sus mejores criticos contemporáneos, que hace del doctor Antonio Ferreira el elogio seguinte, ahrto doloroso para su patriotismo: ‘é o unico de nossos poetas antigos que nunca escreveo señoa en portuquez’. Por cierto que el Sr. D. Anotnio Romero Ortiz en su excelente libro La literatura portuguesa en el siglo XIX, advierte por vía de consolación al critico trastagano que ese caso no es el único excepcional que presenta su historia literaria, porque fueron dos los escritores portugueses rebeldes al castellano, el Ferreira ya citado y Fr. Agustín de la Cruz”.

apenas usa o idioma materno, mas insta outros a fazerem o mesmo, como no célebre poema *Floresça, fale, cante, ouça-se a portuguesa língua* <sup>20</sup>. Evidencia-se que Ferreira considera o uso do castelhano por seus contemporâneos antipatriótico – mesma noção que transparece no trecho de Brito acima transcrito.

Mas assim como observei quanto à “justificativa” de Brito, quero notar aqui que o destaque com que a historiografia portuguesa tratou o uso exclusivo do português em Ferreira, ou sua *fidelidade vernácula*, é em si revelador do quão generalizado estava o uso do castelhano entre os escritores portugueses. Neste ponto preciso lembrar as palavras do secretário da academia espanhola na introdução ao Catálogo de Garcia Peres: “*¿Dos auctores solos! ¿Qué más?*”

Desta forma, as justificativas para o uso do português, e a própria defesa do idioma, longe de questionar, reforçam sua situação de desprestígio em relação ao castelhano. A língua materna não deixará de ser louvada e defendida, em diferentes graus e com diferentes argumentos, que não questionam, necessariamente, o estatuto de universalidade do castelhano.

Assim, nas defesas do português, como nas justificativas para o uso do castelhano, podem-se reconhecer três tendências principais: a posição de *universalidade* do castelhano; em alguns casos, sua *maior clareza* – sendo que a maior complexidade do português pode, por sua vez, servir de subsídio para louvá-lo; em outros casos,

<sup>20</sup>Que é parte da "Carta a Pero de Andrade Caminha", e que reproduzo aqui apud Bernardes, 1999: *“Mostraste-te tégora tão esquecido / meu Andrade, da terra, em que nasceste, / como se nela não foras nascido. / Esses teus doces versos, com que ergueste / teu claro nome tanto, e que inda erguer mais / se verá, a estranha gente os deste. / Porque o que com podia nobrecer tua terra / e tua língua lho roubaste, por íres / outra língua enriquecer? / Cuida melhor, que quanto mais honraste, / e em mais tivesse essa língua estrangeira, / tanto a esta tu ingrato te mostraste. / Volve pois, volve André, da carreira, / que errada levas, (com tua paz o digo). / Alcançarás tua glória verdadeira. / Té quando contra nós, contra ti / inimigo te mostrarás? Obrigue-te a razão / <...> / Floresça, fale, cante, ouça-se e viva / a Portuguesa língua, e já onde for / Senhora vá de si, e soberba altiva. / Se téqui esteve baixa, e sem louvor, culpa é / dos que a mal exercitaram: / esquecimento nosso e desamor. / Mas tu farás, que os que a mal julgaram, / e inda as estranhas línguas mais desejam, / confessem cedo ant’ela quanto erraram. / E os que depois de nós vierem, vejam / quanto se trabalhou por seu porveito, / porque eles para os outros assim sejam. <...>*

lamenta-se a característica de humildade ou vulgaridade do português, seja para justificar o uso do castelhano, seja para lamentar esta vulgaridade como fruto do pouco uso literário do português.

Estas reações *patrióticas* precisam ser analisadas com algum cuidado, para evitar uma potencial conclusão precipitada: a de que o uso do castelhano estaria intrinsecamente ligado a um anti-patriotismo, ou à *adesão* à dominação política castelhana. Será importante lembrar aqui que estas relações são menos diretas. No plano da política, a *castelhanização* da corte portuguesa de Avis, e mais tarde, a anexação do reino sob a regência dos Felipes, não passaram sem reação por parte dos portugueses a elas contemporâneos: são numerosos os escritos em reação ao domínio político do reino vizinho, tanto no território português, como em suas possessões ultramarinas. Ou seja: é evidente que o domínio político de Castela não contou com a adesão incondicional da classe política portuguesa como um todo, que dirá do povo português; atendeu, mais bem, aos interesses de certos grupos e certos movimentos históricos<sup>21</sup>. Aqui não será possível entrar nos detalhes políticos e sociais que cercam a subida ao trono de Felipe de Espanha em 1580, como consequência dos acontecimentos de Alcácer-Quibir; nem dos que explicam a restauração da monarquia em 1640 e a guerra que a sucede. O fato central que aqui nos interessa é lembrar que tratam-se de viradas controversas da história portuguesa, onde agiram forças sociais muitas vezes conflitantes; remeto fundamentalmente à avaliação cristalina de Fernand Braudel, que entre outros aspectos ressalta que a invasão espanhola em 1580 contou com a aquiescência das camadas superiores da população, e a revolta da população humilde<sup>22</sup>.

<sup>21</sup>Como analisam Cuesta, 1986, Novais, 1995.

<sup>22</sup> “*Las gentes humildes de las ciudades y el bajo clero regular oponíanse al español con una vehemencia que hacía temblar a los ricos y los poderosos. La hostilidad popular impedía a éstos traicionar a cara descubierta. De ahí los ademanes encubiertos de la ‘traición’, sus gestos hipócritas, sus falaces discursos, su retórica patriótica, sus prudentes intrigas. Este pueblo fue entregado al enemigo por sus dignatários, sus ricos y sus intelectuales*”; Braudel, 1949:710-711. Mais adiante ele enfatiza: “*Digámoslo una vez más: Portugal fue abandonado, entregado al invasor*”, Braudel, 1949:714 .

Entretanto, a circulação do castelhano como língua de cultura em Portugal não pode ser ligada diretamente a uma adesão política ao reino vizinho<sup>23</sup>. O uso do castelhano não se confunde necessariamente com um compromisso político ou ideológico “adesista” uma vez que se trata de um fenômeno mais amplo que a situação política. Dois exemplos interessantes ilustram a relação complexa entre o uso do castelhano e a submissão ideológico-política ao reino vizinho.

O primeiro é a questão do uso do termo de *el-rei*:

*Aquí quero lembrar como em Portugal temos huma cousa alhea e com grande disonância onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome rey dámoslhe artigo castelhano chamando lhe elrey. Não lhe havíamos de chamar senam o rey, posto que alguns doces d'orelhas estranharão este meu parecer, se não bem olhar quanto nele vay. E com tudo, isto abasta para ser a minha melhor música que a destes: porque o nosso rey e senhor pois tem terra e mando, tenha também nome próprio e destino por si e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada, mas bem apartada. (Fernão de Oliveira, 1536)*

Não é surpreendente que o uso de *El Rey* para designar o rei de Portugal pareceu a Fernão de Oliveira um fato digno de nota; o que surpreende é apenas ele tocar este ponto. Não se trata de um uso eventual ou secundário, nem restrito a um período curto de tempo: *el-rei* é o termo generalizado para designar os reis de Portugal desde a idade média até o século 19, no reino e nas colônias<sup>24</sup>. Como entender que durante a maior parte da história, a designação do monarca português tenha sido realizada em um termo estrangeiro? Há duas possibilidades: ou isso significa que os portugueses, ao longo de todo este período de seis séculos, se viam sempre como subalternos dos castelhanos, ou – o que parece mais provável – isso mostra que o uso de termos e formas castelhanas não deve ser entendido *necessariamente* em um contexto de anti-patriotismo. Não fosse assim seria impossível entender porque os portugueses, mesmo

---

<sup>23</sup>Chama a atenção para este ponto importante Pilar Vasquez Cuesta: “(...) muitos dos portugueses que escreveram em castelhano durante o período filipino não eram, ou pelo menos não se sentiam, partidários do domínio espanhol, pelo que têm de procurar álibis para um comportamento que estava em contradição com seu patriotismo”; para ela, os álibis aparecem nas justificativas para o uso do castelhano (universalidade e clareza)

quando escrevem justamente sobre o assunto da autonomia política e da restauração dinástica, seguem chamando seus reis de *el-rei*, como por exemplo faz Vieira na sua *História do Futuro* (isto quando não escrevem diretamente em castelhano, como veremos). E ainda, que o próprio Fernão de Oliveira, embora proteste contra esta “*cousa alhea onde se menos deveria fazer*”, use ele mesmo apenas o termo *ElRey* ao longo da gramática.

Outra indicação da complexidade da relação entre bilingüismo e patriotismo pode ser o fato de que boa parte da literatura jurídica e militar escrita no momento da Restauração, em louvor à autonomia de Portugal, está escrita em castelhano. Já o introdutor do catálogo de Garcia Peres faz referência a isso:

*La misma bibliografía de la guerra de separación, que alcanza el último tercio del siglo XVII, es no poco abundante de obras escritas por los vencedores en la lengua de los vencidos (...).*

Exemplificam-no alguns panfletos autonomistas catalogados por Garcia Peres, como “*Sucesos vitoriosos del ejército del Alentejo y relación sumaria de lo que por mar y tierra obraron las Armas portuguesas contra Castilla em 1643*” (Lisboa, 1644) ou “*Relación verdadera y puntal de la famosa y memorable victoria que el ejército de Portugal (...) alcanzó del ejército del Rey de Castilla (...)*” (Lisboa, 1664). Pilar Vasquez Cuesta menciona também peças teatrais sobre o triunfo independentista sobre os castelhanos, como “*La mayor hazaña de Portugal*”, de Manuel Araújo de Castro, publicada em Lisboa em 1645; e

<sup>24</sup> Tomemos por exemplo os textos utilizados nesta pesquisa: naqueles escritos entre a primeira metade do século 16 e a segunda metade do século 18, a expressão el-rei é a única usada em referência ao rei de Portugal. O rei é utilizado em alguns textos, algumas vezes para designar outros reis (ex.: “*o rei de Achem*”, por Fernão Lopes); na maioria das vezes, em sentido mais generico (ex.: “*O rei é Cristo*”, por Vieira). O uso de o rei para fazer referência ao rei de Portugal aparece no corpus pela primeira vez no texto de André de Barros, escrito em 1746, em apenas uma ocorrência. Nos demais textos da segunda metade do 18, os usos oscilam; e el-rei ainda é mais generalizado que o rei. Será apenas nos textos escritos no final do século 18 e início do 19 que o rei será usado com mais frequência para designar o monarca português, mas ainda assim convivendo com el-rei (ex.: “*Acabamos agora de saber que El-Rei está doente*” e “*O Rei está em convalescença*”, ambos em Eça de Queirós) (cf. <<http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>>)



lembra que o próprio rei restaurador, nove anos depois do fim da regência dual, escreve uma obra em castelhano (*Defensa de la Música Moderna*). A existência dos relatos militares em castelhano sobre as batalhas autonomistas, ou mesmo da literatura jurídica neste idioma, pode ser atribuída ao fato de estes relatos estarem dialogando com as obras "inimigas", dos castelhanos vencidos; as peças teatrais podem revelar que, mesmo após a restauração, a influência do castelhano fora tão profunda que "já não se concebiam espetáculos em português"<sup>25</sup>. De qualquer modo, isto me parece mostrar que o uso do castelhano não pode ser relacionado diretamente com uma postura "antipatriótica" do escritor. No entanto, as condições políticas podem explicar a situação crítica dos escritores portugueses – e será em finais do século 16 que o isolamento geográfico de Portugal aparece mais intensamente, com a perda da autonomia política. De fato, a grande parte da historiografia situa o bilingüismo entre os séculos 16 e 17, marcando como seu ápice o período de regência dual.

<sup>25</sup>Cuesta 1986:142

### 1.3. O contexto seiscentista

Em fins do século 16, dois processos simultâneos tornam avassaladora a influência cultural castelhana em Portugal: a submissão política a Castela a partir de 1580 ajuda a fazer o eixo da vida letrada portuguesa *virar para Madri*; e o reinado Filipino em Portugal coincide com o apogeu da literatura espanhola.

Já vimos no *Capítulo II* que M. Moisés toma a data de 1580 como duplamente simbólica, conjugando de um lado, o desaparecimento de D. Sebastião e a passagem da coroa para Castela; e de outro, a morte de Camões e a decadência da literatura em português<sup>26</sup>. De fato, a perda da autonomia política portuguesa costuma ser citada como fator importante para caracterizar as circunstâncias histórico-culturais desse período frequentemente chamado de decadente na historiografia da cultura portuguesa<sup>27</sup>, e que coincide com o início do *Siglo de Oro* da cultura espanhola.

Na historiografia, a centralidade da Espanha no Barroco é fato que não se abre a discussão – o que se pode melhor modular é a implicação e o significado desta centralidade. Há autores que interpretam a relação entre as letras portuguesas e as

<sup>26</sup>“Quando, em 1578, D. Sebastião desaparece em Alcácer-Quibir, era chegado o fim melancólico das grandezas arduamente conquistadas a partir da tomada de Ceuta (1415), através do caminho marítimo para as Índias (1498) da descoberta do Brasil (1500), e de outros cometimentos semelhantes. Indo para a regência do Cardeal D. Henrique, tio do malogrado rei, durante dois anos se debateu a magna questão sucessória, até que em 1580, Filipe II da Espanha, herdeiro mais próximo da Coroa, anexa Portugal a seus domínios. E ao longo de 60 anos, até 1640, dominou o Espanhol. No mesmo ano de 1580, falece em plena miséria o visionário cantor das glórias perdidas e o intuitivo que pressentira a perigosa situação de inconsciência coletiva. Luís Vaz de Camões: dois acontecimentos tragicamente simultâneos, a marcar o crepúsculo de um mundo e a manhã de outro. Termina a Renascença em Portugal, e principia a extensa época do Barroco, que se espraia pelo século XVII, atingindo os meados do século XVIII”. (...) “Extenso mas não intenso lapso de tempo: na fileira de uma comoção geral, provocada pelo senhorio castelhano e pelo movimento europeu das idéias em torno da Reforma e da Contra-Reforma, a cultura portuguesa baixa de tom, vela-se, hiberna, envergonhada ou ensimesmada, a remoer pensamentos de revolta ou de misticismo, algumas vezes traduzidos em ação, coerente ou não”. (Moisés, 1999:70, meus grifos)

<sup>27</sup>Já sobre meados do século 16, consideram Pires e Carvalho que “é um tempo marcado por um sentimento de decadência motivado pela perda da grandeza política e económica alcançada em anos anteriores; decadência que se tornava cada vez mais evidente e que virá a culminar no desastre de Alcácer-Quibir e na consequente perda da independência nacional.” (Pires e Carvalho, 2001, meu grifo).

letras castelhanas neste período diretamente como uma *invasão* (M. Moisés) ou *submissão ao estrangeiro* (H. Cidade).

Sob outros pontos de vista, pode-se conceber a influência “espanhola” como incidente sobretudo no campo do *ideário* barroco. Adriano Carvalho e Maria Lucília Pires, por exemplo, ao investigar a reflexão teórica do barroco português, consideram central a importância da reflexão teórica vinda da Espanha. Os textos espanhóis, eles lembram, estabeleciam as normas e valores que iriam influenciar a literatura em português na época barroca em particular<sup>28</sup>. Figura centralmente entre as obras teóricas seiscentistas a “*Agudeza y Arte de ingenio*” de Baltasar Gracián, publicada em 1642, e que constituirá nas palavras de Pires e Carvalho “*a bíblia do conceptismo peninsular*”<sup>29</sup>, estabelecendo os parâmetros e técnicas modelares em que beberão os autores que seguem. Importa observar que a *influência espanhola*, neste sentido, não se dá apenas em Portugal, mas no universo letrado da Europa – além do universo estético de um modo geral, com o apogeu das demais formas de expressão barrocas (notadamente a pintura), ao longo do século 17.

Saliente-se que a concepção do mundo a que se convencionou chamar *barroca* está ligada a transformações importantes nas estruturas sociais; para Simão Gomes Jr, há o

<sup>28</sup>“A pesquisa de textos teóricos que exponham as idéias e valores literários da época revela-se de resultados bastante escassos, nomeadamente no período maneirista, pois são relativamente raros os textos desta natureza então produzidos em Portugal (Castro, 1973 e 1985; Almeida, 1998). Mas é necessário ter em conta a circulação em Portugal de textos teóricos e críticos italianos e, sobretudo, espanhóis; textos que estabeleciam normas, apontavam modelos, reflectiam valores que não podiam deixar de influir no universo literário português e de servir de fonte de informação para a maior parte da codificação literária da época Esta influência torna-se particularmente evidente em textos teóricos portugueses do período barroco.” (Pires e Carvalho, 2001:19, meus grifos). E mais adiante ressaltam os autores: “Maneirismo e Barroco, períodos que ocupam dois séculos da nossa história literária, apresentam características muito diversas que permitem mesmo que a sua caracterização seja por vezes feita em termos antitéticos. Mas a viragem periodológica não se processa sob a forma de ruptura; é antes a história de uma evolução. Evolução que é sinónimo de graduais e profundas transformações decorrentes de factores socioculturais internos, mas também (e sobretudo) de lições teóricas e modelos literários recebidos de Espanha e Itália, duas referências sem as quais não se pode compreender a nossa literatura desta época”. (Pires e Carvalho, 2001:21, meu grifo)

<sup>29</sup>“... uma obra que é exposição das técnicas de construção do discurso engenhoso e apresentação de textos considerados modelares na mobilização desses processos”. Pires e Carvalho, 2001:21

que se pode chamar de um Estado Barroco, cujo núcleo se caracterizaria por uma cultura fundamentalmente espanhola (“Na Espanha, bastião da ortodoxia católica, os combates têm uma expressão mais velada: aparentemente, só há uma forma de pensar. No entanto, quase tudo está lá...”)<sup>30</sup>. Isto tem uma consequência imediata, que é como vimos o fato de que a reflexão teórica e os modelos culturais emanam da Espanha. E tem também uma consequência “historiográfica”, por assim dizer – e que já vimos mais acima, na avaliação do barroco como “novidade estrangeira”. É muito interessante notar que para Simão Gomes Jr., os estudos sobre o barroco tardam a aparecer em Portugal “em razão de um viés de sua história nacional – o fato de a coroa portuguesa ter sido incorporada pela Casa de Áustria entre 1580 e 1640, época de ouro da grande cultura barroca dos vizinhos espanhóis – quase tudo o que dizia respeito ao barroco era visto pelo ângulo do patriotismo aviltado pelo dominador estrangeiro”.

A importância do fato político da regência dual para a compreensão de uma época literária pode ser portanto ser abordada em múltiplas dimensões. Aqui importa lembrar que a relação estreita entre as literaturas da Península vem de muito antes de 1580, e não se desmancha com a última batalha autonomista em 1668. A perspectiva que tomarei aqui como relevante, na relação entre o domínio político castelhano e a força cultural do barroco, é que estes fatores entrelaçados se constituem um alimento da profunda crise de identidade que cerca Portugal ao longo do século 17. Defenderei que

<sup>30</sup> “Uma cena cultural em que estão presentes inúmeras forças antagônicas, representadas por indivíduos e grupos altamente inquietos, partidários ativos de inúmeras idéias que fazem a riqueza intelectual da Europa no século XVI. Século que libera uma enorme potência de vontades intelectuais, políticas, artísticas. Época de reforma no sentido amplo do termo, pois a Contra-Reforma é também a reforma do catolicismo, e não apenas algo reativo ou reacionário; época de transformações no Estado; de mudanças na composição e na estrutura das classes sociais; época em que a 'quarta parte' do mundo é posta em interação com a Europa. E toda essa energia sendo pressionada para ser contida pela nova forma da monarquia, pelas duas Igrejas e todas as suas subdivisões, pelas velhas e novas classes no poder, ou em disputa por ele. (...) Cultura que quer persuadir, ensinar, convencer e tornar atico o público, derrotar o adversário; mas que secretamente não se ilude com sua força; e, enquanto torna mais rígidos os seus princípios formais e morais, cede ao deleite, à pulsão, busca a evasão do tempo, perde-se na prazerosa minúcia. Crê com veemência e ao mesmo tempo é atravessada pelo desengano” (Gomes JR, 1998:264).

esta crise é um aspecto importante para compreendermos a produção escrita em português do período, como pode ser bem exemplificado pelo problema da *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo, e o problema do *estilo cortês e discreto*.

Aqui resta dizer que nas mais diversas interpretações da historiografia, é consensual que o uso literário do castelhano em Portugal terminará apenas com a saída de cena dos últimos escritores seiscentistas. Para Teyssier, como já citei, o bilingüismo só desaparecerá com os últimos representantes da geração de escritores formada antes de 1640 (Teyssier 1997:37). Maria Leonor Buesco salienta que o conflito gerado pelo bilingüismo literário para a reflexão gramatical portuguesa se estende até o século 18<sup>31</sup>; também Pilar Vasquez Cuesta observa que o peso do castelhano como língua de cultura privilegiada só acaba nos 1700 com o declínio do barroco e o advento da estética neoclássica (passando o eixo da influência cultural da Espanha para França, em Portugal como em toda Europa)<sup>32</sup>.

De fato, a continuidade da força do castelhano em terras portuguesas, para além dos acontecimentos políticos, segue o processo de declínio da importância cultural espanhola na Europa de uma maneira mais geral. E interessa lembrar que a centralidade da Espanha na esfera estética-cultural não coincide exatamente com sua hegemonia política-econômica – ao contrário, sobrevive a ela; nas palavras de S. Gomes Jr, “*Enquanto o império se esvaia, a Espanha inundava a Europa de letras*”<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> “... vai estender-se até ao século seguinte para encontrar solução no triunfo setecentista do português, libertado da influência direta castelhana e buscando a égide e o sustentáculo da francesa.” (Buesco, 1984:74)

<sup>32</sup> “No caso que nos ocupa, o castelhano – já não como língua A, mas como língua estrangeira privilegiada – continuará a ter um grande peso na cultura de Portugal até que no século XVIII o substitua o Francês, ao mesmo tempo que ao gosto barroco sucede a estética neoclássica.” (Cuesta 1986:143)

<sup>33</sup> “Mesmo na época em que o império espanhol já mostrava visíveis sinais de decadência, essa influência permanecia forte. O apogeu da influência espanhola sobre a Europa não coincide com o apogeu do império. (...). Enquanto o império se esvaia, a Espanha inundava a Europa de letras. O que mostra que o ócio e a depressão também podem ser companheiros das boas letras.” (Gomes JR, 1998:264)

Nessa perspectiva, o declínio do bilingüismo literário – e portanto, do período de maior influência das letras castelhanas em Portugal – parece melhor compreendido como uma função do declínio do barroco espanhol, e das transformações culturais no país, entendidas em um contexto mais amplo que a dominação política. Apesar da Restauração da coroa portuguesa datar de 1640 (sendo reconhecida universalmente em 1668, com o fim da guerra autonomista), será apenas no decorrer da primeira metade do século 18 que se pode falar em transformações históricas profundas em Portugal: o início da exploração do ouro no Brasil marca o início de um novo ciclo econômico e do fortalecimento do absolutismo régio<sup>34</sup>. Modifica-se neste contexto a cultura letrada; sai de cena o espírito barroco, e com ele, declina a ascendência cultural da Espanha em Portugal. A seguir, vamos examinar os desdobramentos linguísticos deste contexto.

Para encerrar esta seção, segue uma lista dos autores do nosso corpus de pesquisa citados no *Catálogo* de Garcia Peres como autores bilíngües. Tomando à parte o caso de Manuel de Melo (pois sendo ele natural nos dois idiomas, trata-se neste caso de um bilingüismo de fato biográfico e não apenas literário), ainda Maria do Céu é autora que se pode considerar efetivamente bilíngüe (sua única obra em português é a que temos no Corpus); outros autores que escreveram em castelhano, como Luis de Sousa, Vieira, e Brochado.

<sup>34</sup> Nesse aspecto, remeto sobretudo a Novais, 1995

**Quadro IV: Bibliografia de autores do *Corpus* em castelhano  
(obras citadas no *Catálogo* de Garcia Peres, de 1890)**

**Luis de Sousa:**

*El Padre Del Antechristo*, peça teatral, citada sem data (Peres 603)

**Rodrigues Lobo:**

*La jornada del Rey D. Filipe III a Portugal* (1623);

*Auto del nacimiento de Cristo y edicto del Emperador César Augusto* (1676).

**Francisco Manuel de Melo:**

*Demonstración que por el reino de Portugal agora ofrece el Dr. Jerónimo de Santa Cruz a todos los reinos y provincias de Europa en prueba de la declaración por el mismo autor y por el mismo reino* (1644);

*Eco político responde en Portugal a la voz de Castilla e satisface a un papel anónimo ofrecido al Rey D. Felipe IV sobre los intereses de la Corona lusitana* (1645);

*História de los movimientos y separación de Cataluña* (1645);

*Manifesto de Portugal* (1647);

biografia de S. Francisco de Assis (1647);

biografia de Santo Agostinho (1649);

*Obras morales* (1664);

*De burlas hace amor veras* (1939);

*El laberinto de amor* (?);

*Los Secretos bien guardados* (?);

*El dómine Lucas* (?);

*La vida de Don Establo* (?);

*Obras métricas* (reúne sua produção lírica integralmente, com obras escritas a partir de 1628. Das nove partes, apenas as Segundas três musas do Melodino foi escrita em português) (1665) ;

*D. Teodósio II* (escrito em castelhano e traduzido pelo próprio autor para o português) (1944) .

**Antonio Vieira:**

*Las cinco piedras de la Honda de David em cinco discursos Morales, predicados á la Sereníssima Reina de Suécia Christina Alejandra em lengua italiana por el Pe Antonio Vieira y traducidos em lengua castellana por el mismo Autor*, editado em Madri em 1676, em 4º, 1 tomo. Peres (570)

*Apologia. Carta que el Pe Antonio Vieira Monopanto escribió al Pe Jacome Iguasifiyo, Provincial de la provincia de Andalucia de la Compañia de Jesus em la qual se da noticia y respuesta de muchas y gravísimas afrontas, que contra él escribió um Religioso dominico com el fingido nombre de Escotto patavino*, 1686, em 4º, 68 páginas.

*Poesias á la infanta Doña Isabel cuando dió muerte a um javali*, citadas sem data por Garcia Peres segundo o catálogo da biblioteca pública de Évora (606)

**José da Cunha Brochado**

*Poesias*, citadas sem data por Garcia Peres segundo o catálogo da biblioteca pública de Évora (607)

**Maria do Céu:**

*La vida de Santa Catharina* (1715), que inclui também os sonetos *Mayor fineza de Amor; Amor y fé; Las lagrimas de Roma; En la cara va la fecha; Perguntarlo á las estrellas; En la mas oscura noche* ;

*Triunfo do Rosario* (1740) com título em português, e autos em castelhano: *La flor de las finezas; Rosal de Maria; Perla y Rosal; Las rosas con las espigas; Três redenciones del hombre* [Garcia Peres:114-15]

## 2. Desdobramentos lingüísticos

### 2.1 O bilingüismo na historiografia da língua Portuguesa

Se o bilingüismo literário em si é pouco estudado, mais raro será encontrar referências na historiografia da língua portuguesa sobre as possíveis conseqüências da impregnação lingüística castelhana. Uma exceção é Paul Teyssier, para quem “É impossível que os dois séculos e meio de bilingüismo luso-espanhol (da metade do século XV ao fim do século XVIII) não tenham tido efeitos na língua”<sup>35</sup>; mas embora ele mesmo saliente algumas influências “indubitáveis” do castelhano<sup>36</sup>, estas são principalmente empréstimos lexicais, sobre os quais é preciso reconhecer que não representam evidência de uma influência mais profunda sobre a estrutura da língua. O mesmo autor o reconhece, ao observar que “Digno de particular realce é o facto de não ter sido a fonética portuguesa em nada influenciada pelos dois séculos e meio de bilingüismo luso- espanhol”<sup>37</sup>.

<sup>35</sup>“É impossível que os dois séculos e meio de bilingüismo luso-espanhol (da metade do século XV ao fim do século XVIII) não tenham tido efeitos na língua. Difícil é, porém, precisar estes efeitos. O bilingüismo luso-espanhol tem sido pouco estudado, tanto em Portugal como na Espanha. O que até hoje mais chamou a atenção dos filólogos foi a contaminação do espanhol pelo português falado ou escrito por portugueses bilingües. Havia um “castelhano de Portugal”, no qual o lusismo se insinuava de mil maneiras. Em contrapartida, a influência que o espanhol pode ter tido no português na época do bilingüismo é quase desconhecida”. (Teyssier, 1982:71, meu grifo).

<sup>36</sup>“O emprego muito difundido do “a pessoal” em português clássico (“a funda de David derrubou ao gigante”, António Vieira, século XVII) é, sem dúvida, um efeito da impregnação espanhola. Mas os exemplos mais claros pertencem ao vocabulário: por exemplo, a velha palavra portuguesa castelão foi substituída por castelhano (espanhol castellano); paralelamente a cavaleiro, o português tem hoje cavalheiro, tomado ao espanhol (cavallero, hoje caballero) no sentido de “senhor”, “homem fino, de boa educação”; mais tardiamente, fronte será substituído por frente; a cidade de Badalhouce tornou-se, muito cedo, Badajoz, à espanhola; barruntar, bobo, congoxa, gana, granizo, introduzidas na mesma época, estão mais ou menos enraizados na língua” (Teyssier, 1982:71).

<sup>37</sup>“No nível das unidades distintivas (os fonemas), a evolução do português (...) seguiu um ritmo próprio que parece totalmente independente das divisões cronológicas da história política ou da história literária. Digno de particular realce é o facto de não ter sido a fonética portuguesa em nada influenciada pelos dois séculos e meio de bilingüismo luso- espanhol. No momento em que a língua espanhola passava por uma verdadeira “revolução fonética” (séculos XVI e XVII), o português seguia a sua própria deriva, que o conduziria numa direcção completamente diferente”. (Teyssier, 1982)



Como explicar esta independência dos caminhos trilhados pela língua portuguesa, no plano estritamente lingüístico, frente à importância que atribuo, aqui, ao prestígio literário do castelhano em Portugal?

Neste sentido é crucial notar que não há registros de que o castelhano tenha passado a ser falado em Portugal em detrimento da língua portuguesa. Há, é verdade, indicações de ter sido o castelhano o idioma *de moda* da corte em Lisboa – mas isto não significa que a população em geral tenha substituído a língua materna em sua fala. Assim entendo a relevância da observação de Paul Tessier: *“No nível das unidades distintivas (os fonemas), a evolução do português (...) seguiu um ritmo próprio que parece totalmente independente das divisões cronológicas da história política ou da história literária”* (op.cit).

Aceitando a descrição de Pilar Vasquez Cuesta para distribuição de funções entre as duas línguas, o português teria assumido, durante o período do ápice do bilingüismo, o estatuto de língua oral semelhante ao que assumem o catalão, o galego, e outras línguas faladas na Espanha. Para ela, caso Portugal fosse “totalmente assimilado” pela Espanha, o castelhano teria tomado o lugar do português em seu próprio território enquanto língua nacional e literária – como se passou no restante da Espanha<sup>38</sup>. Ora: isso não quer dizer necessariamente que a língua falada pelos portugueses viesse a se transformar na direção do castelhano.

Ao lançar um olhar de relance no desenvolvimento do domínio castelhano no restante da Península, será possível compreender que os maiores *riscos* enfrentados remetem à escrita em português depois do século 16.

O bilingüismo literário em Portugal desenvolve-se como conformação a uma ordem geral na qual o uso do castelhano na escrita foi conveniente e inevitável para os naturais

---

<sup>38</sup>“arrastado durante um período de tempo mais ou menos longo, o bilingüismo diglósico teria terminado por desembocar num monolingüismo: português se – como se passou – Portugal recuperasse a sua independência, castelhano se fosse totalmente assimilado e se convertesse, não só administrativa como cultural e vivencialmente, em província espanhola.” (Cuesta 1986:123).

de todos os reinos ibéricos. O compartilhamento das tradições literárias ibéricas medievais forma o universo com base no qual seriam construídos os recortes das “literaturas nacionais” a serem firmadas no início da Idade Moderna. Esta construção sela o destino dos diferentes vernáculos usados nas diferentes regiões da Península, separando de um lado as “*línguas literárias*” e mais tarde, *Nacionais*, e de outro lado os “*dialetos orais*”.

A delimitação envolveu processos históricos nos quais alguns dos vernáculos ibéricos tiveram preponderância sobre os demais, e desenvolveu-se, a partir de fins do século 15, como primazia da escrita castelhana. O início do século 16 significará o alargamento do poderio político do Reino de Castela; neste período, esta escrita irá se sobrepor à escrita de todos os demais idiomas falados na Península. Isto se dá em diferentes etapas, de acordo com as relações de força em cada região. Nos reinos da Galiza e da Catalunha, a primazia castelhana resultará na interrupção prolongada da escrita em galego e catalão.

Crucialmente, o bilingüismo catalão e galego não significou o desaparecimento da língua oral nestas regiões, mas interrompeu por séculos a literatura nestes idiomas. Como defende P.V. Cuesta, o risco para a língua portuguesa foi semelhante no período imediatamente posterior à Idade Média. O principal fato que parece importante relembrar, neste sentido, é que tanto o galego como o catalão sofreram violentamente pela preponderância castelhana a partir da anexação dos territórios nacionais (a Galiza no século XIV, a Catalunha no final do século XV), e que este impacto se dá primeiramente na esfera literária.

Quanto ao catalão, Rodolfo Ilari lembra que o primeiro sinal da dominação lingüística castelhana na Catalunha foi o abandono da literatura em catalão, já na virada dos séculos 15 e 16; o catalão seguirá como língua falada, mas só o século 20 verá sua

revitalização na esfera literária<sup>39</sup>. Entretanto, a situação mais aguda (política, cultural e lingüísticamente) foi sem dúvida a da Galiza. A absorção espanhola, e o desaparecimento do galego como língua literária, tem reflexos agudos na concepção do idioma galego como língua autônoma. Sem a âncora dos *livros e domínio próprios*, o galego chega a perder sua fronteira lingüística, como lembra Ivo Castro; e é como resultado de um trabalho de reconstrução levado a cabo já no século 20 que a distinção volta a ser reconhecida<sup>40</sup>. Voltaremos ao caso do galego mais adiante, pela relevância da comparação no que tange a formação da escrita portuguesa.

A situação em Portugal seria assim comparável, mas naturalmente não idêntica às demais partes da *Espanha*. Em Portugal, a primazia da escrita castelhana terá que conviver com a insistência de alguns homens de letras na continuidade da escrita em português. Para explicar a diferença entre a situação portuguesa e a dos demais falares ibéricos, pode-se argumentar que esta insistência, traduzida na riqueza da literatura portuguesa quinhentista, funcionou como uma das principais barreiras a segurar a autonomia da língua contra o domínio castelhana (Ilari, 1992); ou lembrar o maior

<sup>39</sup>Nos séculos XIV e XV a literatura catalã atingiu seu apogeu, mas em 1479 o Reino Aragonês se fundiu com Castela, e os escritores dos séculos seguintes acabaram por adotar como norma literária o castelhana. Depois de uma importante retomada no período romântico (o escritor mais célebre é o poeta e religioso Jacinto Verdaguer), o catalão – que obviamente continuou existindo como língua falada – tem sido objeto de um paciente trabalho de estudo e standardização por parte dos filólogos e tem sido utilizado como veículo de uma produção escrita voltada para os mais variados campos de atividade. Colocado sob suspeição pelo regime franquista, que via em seu uso o risco de um impulso autonomístico, o catalão recuperou hoje toda a sua vitalidade, mesmo que a absoluta maioria de seus falantes domine o castelhana (Ilari, 1992:22).

<sup>40</sup>No plano político, o fim da Idade Média significa para a Galiza a perda de todo o poder autônomo e uma subordinação crescente ao poder central, assumido pela coroa de Castela. No Plano lingüístico, '(...) A partir da época renascentista, mentre outras línguas románicas se ven fortalecidas e estandarizadas como linguas dun estado, o galego perde toda relación coa cultura escrita e vai quedando relegado ó uso oral, nos ámbitos rural e familiar' (Colectivo Seitura, 1995:22) (...). Embora a grande maioria da população galega continuasse a usar o galego na sua vida quotidiana, era obrigada a usar o castelhana nas suas relações com o poder económico, político, religioso e cultural. Por isso, as influências castelhanas fizeram-se sentir cada vez mais na língua falada. Como língua literária, o galego desapareceu praticamente, a ponto de ser necessário, durante o século XVIII, defender o surpreendente ponto de vista de que o galego não era um dialecto do castelhana, mas tivera origem autónoma, e pelo menos à partida, equivalente ao castelhana. (Castro, 1991:36-37).

alcance geográfico do português, graças aos domínios ultramarinos do reino; ou ainda, o fato de a anexação territorial neste caso ter se dado mais tardiamente (e principalmente, depois do advento da imprensa e das primeiras gramáticas). São fatores que teriam oferecido robustez à literatura na língua, prevenindo o destino semelhante ao das demais línguas literárias da Península.

O peso da cultura e da língua castelhana, sob a manta do poder político espanhol, ameaçou portanto a língua portuguesa de sucumbir à homogeneização lingüística da Península que atingiu profundamente os demais vernáculos espanhóis – ameaça, entretanto, não efetivada ao fim e ao cabo. O português escapa deste *destino peninsular* e se desenvolve como um dos idiomas europeus mais difundidos.

Para a discussão que proponho, resta ressaltar apenas que este desfecho não era necessariamente previsível para os homens de letras portugueses entre os séculos 16 e 17.

Por um lado, se é verdade que o domínio castelhano tenha terminado depois de sessenta anos, precisamos lembrar que o horizonte da última geração quinhentista e das primeiras gerações seiscentistas não indicava o fim da dominação por Castela. Ao contrário; no contexto geopolítico da Europa na época, a hegemonia castelhana estava em seu auge, e a restauração portuguesa é que se configura um fato político surpreendente.

Será assim compreensível que neste período final do compartilhamento das tradições escritas, a pressão na esfera cultural e sobretudo literária representada pelo o domínio lingüístico castelhano é comparável ao processo que veio a transformar os demais idiomas da península em “dialetos orais”.

Além disso, notemos que este período mais agudo da preponderância do castelhano sobre o português localiza-se em pleno *processo* da revolução representada pelas primeiras impressões de livros e sistematizações gramaticais. Os anos de anexação a

Castela – tempo do bilingüismo mais deflagrado, e da mais escassa produção impressa em português – são um espaço de tempo curto, mas não um espaço de tempo qualquer: pode-se identificar este período como um ponto de inflexão em que diferentes vernáculos ou se juntaram ao grupo das *Línguas Europeias*, ou terminaram relegados à condição de *dialetos regionais*<sup>41</sup>. Lembremos o caso do catalão: a despeito do vigor da literatura neste idioma ao longo da Idade Média (e que teve seu apogeu nos 1400, não muito antes das transformações tecnológicas e filosóficas que aqui mencionamos), o catalão não figura no mapa das Línguas de cultura da Idade Moderna.

Assim, as contingências históricas não significaram o fim do português como língua literária, nem mesmo sua interrupção completa; no entanto, construíram uma esfera de influência poderosa que determinou um sentido para os horizontes modelares da literatura escrita em português no período áureo da literatura em castelhano, como veremos a seguir.

<sup>41</sup>Elizabeth Eisenstein lembra que neste período, “A imprensa ‘preservou e codificou, por vezes chegou mesmo a criar’, alguns idiomas. Sua ausência entre pequenos grupos linguísticos, durante o século XVI, ‘levou comprovadamente’ ao desaparecimento ou exclusão de seus idiomas vernáculos do domínio da literatura. Sua presença no interior de outros grupos, no mesmo século, assegurou a possibilidade de reavivamentos intermitentes ou contínua expansão. Havendo fortificado as paredes linguísticas que separavam grupos distintos, os impressores mais tarde tornaram homogêneo tudo o que se encontrava no interior dessas paredes, eliminando pequenas diferenças, padronizando o idioma para milhões de escritores e leitores, conferindo papel periférico aos dialetos provinciais. A preservação de uma determinada língua literária dependeu frequentemente de que, no século XVI, tivessem ou não sido impressos em vernáculo na região (sob os auspícios nacionais ou estrangeiros) algumas cartilhas, catecismos e bíblias. Em caso afirmativo, ocorria a subsequente expansão de uma cultura literária ‘nacional’ separada. Quando não foi esse o caso, desaparecia um dos pré-requisitos para que brotasse a consciência nacional; e o dialeto falado manteve seu carácter local” (Eisenstein, 1998).

## 2.2 Idéias da língua portuguesa nos 1600

*“Antiga nobreza i saber  
da nossa gente i terra da Espanha:  
cuja sempre melhor parte foi Portugal”.*

*Fernão de Oliveira, 1532  
primeira frase  
da primeira gramática do português*

A apologia da língua portuguesa nas primeiras gramáticas editadas ao longo dos 1500 tem sido compreendida como evidência da afirmação do português como língua de escrita, no contexto do Renascimento e da afirmação dos romances escritos em geral. Entretanto, aqui interpretarei as apologias da língua portuguesa na reflexão gramatical de forma oposta.

Antes de tudo, é de se notar que só necessita de apologia o que se encontra ameaçado. Encontro no trabalho de Maria Leonor Buesco fundamentos sólidos para esta perspectiva. Para ela, os *louvores à língua materna* registradas nos tratados quinhentistas só podem ser bem compreendidas no contexto da ameaça que o prestígio da língua castelhana representou para a afirmação do português como língua de escrita<sup>42</sup>. João de Barros e Magalhães de Gandavo respondem, em suas defesas do português, à ameaça representada pelo castelhano como língua literária e de cultura em Portugal; e como destaca Buesco, os dois são neste combate “*paladinos*” quase solitários.

A aparente contradição entre a apologia da língua portuguesa nas gramáticas quinhentistas pode ser compreendida, portanto, no mesmo sentido em que compreendemos as defesas do uso literário do português por António Ferreira e Bernardo de Brito: não constituem negações da importância do prestígio do castelhano

---

<sup>42</sup>“Vem em primeiro lugar a castelhana como a mais perigosa rival do português, obstáculo para o prestígio a que queriam vê-la alcançar os grandes paladinos quinhentistas da língua.” (Buesco 1984:73)

em Portugal nos 1500 e 1600, mas antes reações sintomáticas a ela.

Leonor Buesco salienta que Gandavo e Barros se inserem na dupla articulação envolvida na *questão da língua* em Portugal (a legitimação perante o latim e o castelhano, como veremos melhor a seguir) cada um a sua maneira. Em Barros, a defesa frente ao castelhano tem um estatuto dúbio, e é sobrepujada pela garantia da filiação ao latim<sup>43</sup>. Exemplifica a perspectiva de Barros o seguinte trecho do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, incluído na *Gramatica* de 1532:

*“P(ái) – [A língua portuguesa é ] Â que se máis confórma com a latina, assi em vocábulos, como na ortografia. E nésta páрте, muita vantajem tem a italiana e espanhól à francesa, e, déstas duas, â que se escreve como se fála, e que menos consoantes léva perdidas. E, nesta ortografia, a espanhól vence a italiana; e máis, tem antre si os genoeses, que nam é térra da tramontana nem transalpina (como eles dizem), mas ~ua páрте da frol de Itália, os quáes, de bárborá, nam pôdem escrever sua linguágem, e ô que escrevem é em toscano, ou em latim corruto.*

*F(ilho) - Pois muitos dizem que a língua espanhól é desfaleçida de vocábulos, e que, quanta vantáge tem a italiana à castelhana, tanto exçéde ésta a portuguesa, e que em seu respeito se pôde chamár elegante.*

*P(ái)- Çérto é que a língua castelhana muito melhór é que o vasconço de Biscáia e o çeçear çigano de Sevilha, as quáes nam se pôdem escrever. Mas, quem [h]ouvér de julgár éstas linguágens, [h]á de saber d’ambas tanto, que entenda os defeitos e perfeições de cada ~ua.*

*Que se pôde desejar na língua portuguesa que éla [não] tenha? Conformidáde com a latina? Nestes vérsos, feitos em louvor da nóssa pátria, se pôde ver quanta tem, porque assi sam portugueses, que ôs entende o português, e tam latinos, que ôs nam estranhará quem soubér a língua latina (...).” (Barros, 1532)*

Se no Diálogo de Barros, como coloca Buesco, “*sente-se*” a sombra do castelhano, no *Dialogo em defesa da lingua portuguesa* de Gandavo, incluído nas *Regras que ensinam a*

<sup>43</sup>“embora raras vezes Barros se refira concretamente à língua castelhana, cujo prestígio como língua literária e de cultura foi crescente até meados do século XVII, sente-se que é, principalmente, visando essa rivalidade perigosa para o desenvolvimento da língua portuguesa que Barros constrói a apologia contida no Diálogo. Essa rivalidade era tanto mais aguda quanto os portugueses, incluindo Barros, tinham consciência da semelhança e quase identidade das duas línguas.(...) Por conseguinte, embora difusamente, a atitude de Barros insere-se no conflito dos humanistas portugueses do século XVI, em relação ao bilingüismo literário” (Buesco, 1984:73-74, meu grifo)

*maneira de escrever a orthographia da língua portuguesa* de 1574, o pêndulo se atrai definitivamente para a rivalidade com o vernáculo vizinho, o que pode ser explicado pela “agudização” da oposição entre as duas culturas no contexto da crise política em Portugal, entre a publicação das duas obras – como salienta Leonor Buesco.

O *Dialogo* de Gandavo é composto na forma de uma conversa em que o português Petronio provoca o castelhano Falencio a concordar que a língua portuguesa não merece a fama de *rude* e *tosca*. A discussão entre Falencio e Petronio pode nos dar a dimensão do contexto em que se desenrola o bilingüismo literário ao longo de fins dos 1500 e em todo o século 17. O *Diálogo* encontra-se reproduzido na íntegra, a partir de edição fac-similar, no *Anexo* digital à tese.

Em contraste com a maioria das interpretações sobre a relação entre o português e o castelhano no âmbito literário como uma “roupagem estilística” para a lírica quinhentista, Pilar Vasquez Cuesta conceitua o bilingüismo literário em Portugal como um estado de “diglossia conflitiva”. A leitura do *Diálogo* de Gandavo reforça esta abordagem, mostrando o estatuto do português como língua de pouco prestígio frente ao castelhano.

Do debate entre Falencio e Petronio, ressaltarei aqui, entre os muitos aspectos que se poderia abordar, a importância da comparação das formas das duas línguas frente ao latim. A rivalidade dos personagens, e a defesa de Petrônio, se dá na contraposição das duas línguas, e no apoio da proximidade com o latim; e nisto o diálogo traduz a essência do debate mais geral registrado na reflexão lingüística da época.

Na seção final a seguir, vamos ver que no contexto bilingue, e frente à “Questão da Língua” em Portugal, é possível defender a relevância de uma propriedade *neurta* na escrita que se mantém em português.



### 3. A hipótese da escrita *neutra* do Português no contexto Ibérico

#### 3.1 A “questão da língua” e a construção da ortografia portuguesa

Para contextualizar a discussão desta seção sobre a reflexão gramatical dos 1500-1600 e o problema do padrão *Ibérico*, remeto de início a uma observação extremamente interessante de Vasquez Corredoira<sup>44</sup>:

*As gramáticas renascentistas, tem-se dito inúmeras vezes, são conseqüência e instrumento de um ideal expansivo tanto funcional como espacial. Menos se tem notado o seu papel na marcação da fronteira. Face ao continuum dialectal da oralidade, impreciso, de transições insensíveis, a codificação da língua ligada ao centro de poder, impondo limites certos, define um espaço (...). Significativamente, as primeiras gramáticas vulgares são contemporâneas ao desenvolvimento dos estudos cartográficos e ao traçado de uma linha de alfândegas a determinarem exactamente as fronteiras entre os reinos*

É o idioma originalmente falado em *Castela* que servirá de “padrão”, no sentido estrito do termo, para “medir” tanto a homogeneidade quanto a diferenciação lingüística na Península. Quando os gramáticos portugueses constroem a ortografia portuguesa, no tortuoso caminho que levou mais de três séculos para ser completado, trabalham simbolicamente no sentido de delimitar a língua em relação ao espaço maior do castelhano.

Atualmente, no plano das línguas escritas, a individualidade das duas principais línguas nacionais da Península pode apoiar-se no arcabouço de suas tradições literárias; no plano das variedades dialetais, a distinção pode se beneficiar do desenvolvimento dos estudos lingüísticos, em especial os dialetais. De todo modo, a diferenciação no

<sup>44</sup>Corredoira,(1998:33, meu grifo).

plano estrutural entre a língua portuguesa e a castelhana não aparece, hoje, como um problema candente para a lingüística<sup>45</sup>.

O mesmo não se aplica ao contexto das primeiras obras de reflexão gramatical sobre o português, nas quais a relação com o idioma vizinho configura um problema central – lembremos que para Buesco, “*Essa rivalidade era tanto mais aguda quanto os portugueses, incluindo Barros, tinham consciência da semelhança e quase identidade das duas línguas* (op.cit.)”. Lembremos ainda a observação de Mayans i Siscar, já no século 18: “... *si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano* (Mayans i Siscar, 1730:81)”. Nos compêndios renascentistas e seiscentistas, nem todos os gramáticos fazem menção às características hoje consideradas diferenciadoras dos dialetos portugueses (supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos, como em *diante vs. delante*, e manutenção das vogais breves latinas sem ditongação, como em *bem vs. bien*); em contraste, outras diferenças por eles apontadas não constam da lista atual<sup>46</sup>.

Fernando Corredoira mostra que as avaliações e propostas de grafia para o português não se podem conceituar como uma questão “técnica”, mas sim remete a diferentes respostas a uma dinâmica complexa, tal seja, a importância da própria definição da língua portuguesa em contraposição à castelhana. Pois as referências ao castelhano fazem parte da própria construção das fronteiras da língua portuguesa, em um contexto de distinções concretas esmaecidas pela proximidade cultural e geográfica, e de rivalidade entre duas línguas escritas em processo de legitimarem-se.

O movimento da *gramatização* em Portugal apresenta-se matizado pelo problema da

<sup>45</sup>Uma definição paradigmática atual para diferenciar a área dialetal portuguesa da castelhana pode ser a de Maria Helena Mateus: “*Os dialectos de todas as variantes do português apresentam duas características fundamentais que as diferenciam, em conjunto, dos dialectos castelhanos: - supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos; - manutenção das vogais breves latinas sem ditongação*”. (cf. Castro, 1991)

<sup>46</sup>Para uma avaliação detalhada neste sentido, remeto a Hackerott, 1986 e Corredoira, 1998

rivalidade com o castelhano. Como define Maria Leonor Buesco, em Portugal a “*questão da língua*”<sup>47</sup> respondeu a uma dupla articulação: por um lado, acompanhando o que ocorria com os demais vernáculos neolatinos, a legitimação do português fundou-se na garantia de sua aproximação (genética e formal) ao latim; mas por outro lado, dado o contexto específico do país, precisou garantir-se frente a uma outra língua escrita: o castelhano<sup>48</sup>.

A dinâmica deste percurso pode ser ilustrada pela discussão sobre a grafia do *odioso, malsoante, tyranno*<sup>49</sup> ditongo nasal.

É esta a característica distintiva mais citada nos compêndios renascentistas e barrocos (e que está ausente da definição atual paradigmática). No debate secular que acompanha o desenvolvimento das grafias *am, an, aõ, ão*, etc., podem-se vislumbrar três questões fundamentais para entender a delimitação “formal” das propriedades do português no processo da construção e afirmação da escrita portuguesa: a importância da filiação ao latim; o peso do modelo castelhano; e a tentativa de “elevação” do português em

<sup>47</sup>“Durante o século quatrocentista assiste-se, pois, a um progressivo movimento de imposição do uso do vulgar em concorrência com o latim. (...) É então, na primeira metade do século XVI, que eclode a “questão da língua”, resultado de uma incerteza sobre a norma lingüística e da carência de padrões literários que garantissem seu prestígio”. (Buesco, 1984:11)

<sup>48</sup>“Quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhança com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença, mais ainda, reivindicam o direito à diferença, em relação às outras línguas, com ou sem razão consideradas mais afastadas da língua-mãe: no caso presente, a diferença em relação ao castelhano, cujo estatuto de língua cortesã o tornava concorrente com o português como instrumento de expressão literária. Assim, o latim passa a estar ao “serviço” do português, serviço polivalente, na medida em que é origem, modelo e fonte. É também razão de diferença. Assim se define a verdadeira “Questão da Língua” em Portugal. E se a “Questão” (...) que põe em confronto o português e o latim apenas poderia envolver uma minoria culta, a elite intelectual dos humanistas, a “Questão” posta em termos de português-castelhano envolve, pelo contrário, os “latinos” e os “não-latinos”, os “gramáticos”, e aqueles que “escassamente sabem que cousa he nome, que cousa he verbo”. Não atinge, portanto, apenas a esfera de uma alta e restrita cultura, mas compromete a existência colectiva, em termos de comunidade linguística. Ora, o binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português, traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano relava de uma praxis: a do domínio da língua competitiva, forma de expressão de uma nação de algum modo rival – e em termos objectivos mais poderosa – no plano político interno e também no plano de uma política expansionista e imperial”. (Buesco, 1984:129, meus grifos)

<sup>49</sup> Termos de José de Macedo, 1710, no *Antídoto da Língua Portuguesa*, cf. Corredoira (1998:55)

relação à “rusticidade” do galego.

Já afirma João de Barros na primeira proposta de uma norma ortográfica portuguesa:

*Os máis dos nomes que se deviam acabár em am, se escrevem a este módo: razão, razões. E se o uso nam fosse em contráiro, que tem gram força àcerca das cousas, nam me pareceria má desterrármos de nós esta prolaçám e ortografia galega. Porque, a meu ver, quando quisérem guardár a verdadeira ortografia déstas dições, se déve dizer: razám e no plurár razões. Ca este m finál nósso tem ali o ofício do mem çerrado dos Hebreos que é ~ua das lêteras que eles chamam dos beijos, a quá lhos fáz fechár quando acábam néla, de maneira que se vái fazendo aquéla variaçám, ocando-se a voz. E este é um módo de afrutár como se fráutam os instrumentos da música. E entám ôs que pouco sentem quérem remediár o seu desfaleçimento escrevendo agalegadamente, pondo sempre o finál em totalas dições que acábam em am (João de Barros, 1536)*

João Franco Barretto, em sua *Ortografia da Lingua Portugueza* de 1671, propõe que:

*aõ: Este ditongo succedeo ~e lugar da antiga terminação dos Portuguezes, om, que punham ~e lugar de **na**, ou, **on**, dos Castelhanos, como se vê nestes versos de ~u letreyro antigo:*

*“Aqui jaz Simom Antom  
Que matou muyto Castelhão  
e debaixo de seu covom  
Desafia a quantos são”.*

*A qual ainda agora guardam alg~us de antre Douro, Minho, & os Galegos, que dizem, **firerom**, [...], **Capitom**, **Cidadom**, **Tabaliom**, **Apellaçom**, &tc.*

*He o mays frequente de nossa lingua, & sobre que há vairas oponiões; a minha he, que para o acertarmos nos guiaremos pela lingua Castelhana, & os vocabulos, que elles acabarem ~e **ano**, **anos**, acabaremos nós ~e **ãõ**, **aõs**. (J.F. Barretto, 1671)*

Fernando Vasquez Corredoira cita um exemplo mais explícito do sentido do contraste enxergado entre a terminação portuguesa e a castelhana, que aqui reproduzo:

*“Regra 10 - Para usar de til:*

*Grande he a contenda entre os peritos, se hemos de usar aõ, se de am, ou seja os nomes Perdigão, ou nos verbos, amarão, amaram. Nam me atrevo a condenar o vulgar modo de escrever aõ, usado de muytos; mas sou do parecer que usemos de am; porque além do aõ demandar diversas pronúncias, por razam do ao junto com til, que tem força de m, e fica*

soando aom. Se usarmos de am, nos assemelhamos aos latinos, os quays põem, am: musam, legebam. [...] E nessa forma semelhantes aos latinos melhor corresponderemos a ordinaria objeçam, que põem os Castelhanos à nossa língua, tachandoa de grosseyra, dando-nos em rostos cada dia com nossos aõ, aõ, que eles adelçam, pondo n, em lugar de m, para acabarem assim mais suave, e agudamente em an; porque nós dizemos amam, elles dizem aman. Respondendo logo que nisso nos ficamos parecendo mais aos latinos do que elles se parecem; porque os latinos acabavão frequentemente seus vocábulos de toda sorte em am: vg. Musam, famam, legebam, coram, nós assim queremos acabar, para ficarmos mays semelhantes a Latinos, particularmente Romanos, do que os Castelhanos". (Pereira, 1666<sup>50</sup>)

Esta passagem explicita a dinâmica da legitimação do português com base em sua filiação ao latim e em contraposição ao castelhano: é importante ser fiel ao latim, mas mais que isto, é importante ser mais fiel ao latim que o castelhano.

E ao lembrar a "ordinaria objeçam, que põem os Castelhanos à nossa língua, tachandoa de grosseyra", toca o importante ponto do pouco prestígio gozado pelo português no contexto peninsular da época.

A atribuição de *grosseria* e *rudeza* ao português está na base tanto da defesa inflamada do idioma nos compêndios portugueses, como da busca pelo afastamento em relação ao idioma "irmão" do português antigo, e que já no início da idade moderna encontra-se relegado à condição de dialeto oral: o galego. A dinâmica entre o galego, o português e o castelhano no contexto da formação da norma escrita do português é discutida em profundidade por Fernando Vasquez Corredoira em "A construção da Língua Portuguesa frente ao castelhano".

A tese de Corredoira é que a reflexão gramatical dos séculos 16, 17 e 18 trará o galego como "exemplo a contrário" para elevar o português ao estatuto de língua nacional e de cultura. De fato, vê-se já nas primeiras histórias do português a idéia do galego como exemplo daquilo que o português *não quer ser* (que é como entendo a proposta de Corredoira): "Da qual lingua Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quanto na copia & na

<sup>50</sup> apud Corredoira, 1998:54-55

*elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manão para outros hom~es, o que nunca houue em Galliza*<sup>51</sup>.

Corredoira sustenta que o esforço de legitimação da língua portuguesa frente à castelhana se dá, entre outros, pelo apoio *negativo* na língua galega<sup>52</sup>. No contexto da *castelhanização* da Espanha, o português vai encontrar na diferenciação em relação ao galego um apoio importante - ao mesmo tempo em que o galego se aproximará mais e mais do castelhano, e se distanciará do português<sup>53</sup>.

A história de origem comum e progressivo distanciamento entre português e galego ilustra dramaticamente a construção das fronteiras lingüísticas no *continuum* da oralidade “*espanhola*”, revelando, como seu principal vetor, a força da língua castelhana.

Observemos que outras características importantes da língua portuguesa não são tão amplamente discutidas como o *tyranno* ditongo nasal. Em uma perspectiva estritamente interna ou estrutural, a realização das nasais não é um fato central para o sistema da língua; no entanto ela é central na discussão da grafia nos quinhentos e seiscentos – não por sua importância interna, mas porque representa uma característica saliente que diferencia a língua portuguesa no contexto ibérico.

Outras características fonéticas que se refletem na grafia parecem menos salientes,

<sup>51</sup>Lião (1606:32)

<sup>52</sup>“o galego aparece como um desvio rústico, arcaico e provincial da Norma portuguesa; (...) desempenha em certos casos explicitamente o papel de uma sorte de referente negativo ou de exemplo ao contrário para o português”. (Corredoira 1998:9-10, meus grifos).

<sup>53</sup> Isto, tanto do ponto de vista das instituições linguísticas ao longo dos séculos 16 a 20 como, de acordo com Corredoira, também no nível formal: “a crescente interferência do castelhano (sobretudo a partir de finais do século XVIII) no galego vai desfigurando-o, ao extremo de se tornar cada vez mais difícil reconhecer nele a mesma língua que o português. Ao mesmo tempo, a acção do padrão português sobre as falas setentrionais reduz e até elimina sua continuidade com o galego. Cada vez mais, a fronteira separa e diferencia” (Corredoira 1998:90, meu grifo). Note-se entretanto que este é o resultado final de um processo mais complexo; de fato, como observa o autor, entre os séculos 16 e 18 “o galego coloca-se para os gramáticos portugueses no limite do quase português” (Corredoira 1998:91, meu grifo)

embora também remetam a um contraste entre a fala portuguesa e a fala castelhana – caso por exemplo das sibilantes surdas e sonoras. Ora é interessante notar que mesmo que este caso seja menos discutido, há uma oscilação de grafia importante nos textos até as reformas ortográficas do século 19 – entre pares como *casa, caza, asa, aza*, etc.

Atentemos para o que afirma Said Ali a este respeito. No português antigo havia as quatro sibilantes e seus pares surdo-sonoro [representados graficamente por S,SS, Ç, Z,]; ao fim da Idade Média, já se havia perdido a distinção de palatalização, e sobravam os pares surdo-sonoro [S-Z]. Mas por conta da multiplicidade de sons anterior, a grafia permanece confusa por séculos; assim, para Saída Ali, fundamentalmente isto significa que a distinção S-SS na grafia continua existindo muito tempo depois de o contraste fonológico se perder, o que causa incerteza nas grafias (como *pessego-pecego; sossego-socego; crescer-creser-crescer; descer-deser-descer*). Mas *“Qualquer que fôsse a causa da primitiva distinção entre as referidas letras, certo é que S ou SS (entre vogais), Ç ou C (antes de E ou I) representam, em português moderno [=quinhentista], um só fonema, a sibilante surda”* Pois bem, para o par surda-sonora, uma alternância gráfica é também atestada muito tempo depois da mudança no conjunto de sibilantes.

198. *Mas não é somente a atual sibilante surda que se vê embaraçada diante de tanto símbolo apto para representá-la no papel; igual sorte toca à sibilante sonora entre vogais, ou em certas terminações, em face das letras S e Z.*

199. *Inconfundíveis foram a princípio os valores de S e Z entre vogais e no fim das palavras, e o que a escrita distinguia era o que o ouvido então percebia. Êste fato pode observar-se na grafia dos nomes patronímicos. Até fins do século XIV escreveram-se sempre com -IZ, -EZ; Pirez, Fernandiz, Fernandez, Vaasquez, Alvarez, etc. Do século XV em diante ocorrem já Vaasques, Gonçalves, a par de Vaasquez, Gonsalvez; o que quer dizer que já não havia distinção fonética entre -EZ e -ES, mantendo-se a primeira forma sómente pela força do hábito.*

200. *Outra particularidade da grafia antiga, que perdurou ainda entre os quinhentistas, era o emprêgo da letra Z no interior das palavras, antes de consoante, como em mezquita, mezquinho, mazcara, almizcar, tiznar, esquerdo. Se Z tinha em geral o valor de consoante sonora, hipótese muito aceitável, em se tratando da sua situação antes de vogal e antes de consoante sonora, evidentemente havia de soar como fonema surdo se lhe seguia consoante surda. (Said Ali, 1921)*

Ou seja, a distinção Z-S acaba sendo feita na grafia mesmo em ambientes nos quais o valor de surda é evidente; e permanece *por força de hábito* nos vocábulos que antigamente eram grafados com Z (com valor palatal). Assim, a distinção Z-S é, na grafia dos 500s e 600s, um traço *conservador* (observemos como é precisa a observação de S. Ali; pois ele salienta que esta distinção é conservadora no ponto de vista da época, ainda que nas reformas ortográficas levadas a cabo nos 1900s a distinção tenha se mantido. Mas o que se depreende da argumentação de Ali é que pela “lógica”, a distinção gráfica poderia ter se tornado obsoleta, generalizando-se a grafia S ou a grafia Z, já que a oposição é fonológica – ou seja, apenas CASA, DISER, FASER, DESEJO, ou apenas CAZA, DIZER, FAZER, DEZEJO). Mas este não é o ponto aqui; mas sim observar como Alia avalia a oscilação da grafia nos autores quinhentistas – ou seja, que continuavam a marcar os contrastes S-Z na grafia, em período em que já na fala a mudança se havia operado:

201. *Nas Décadas de João de Barros, nos Lusíadas e em outras obras publicadas no século XVI, nota-se quanto à grafia de vocábulos já existentes no idioma, a distinção entre S e Z feita em geral com a regularidade observada nos escritos das épocas anteriores. Devemos atribuir o fato à influência do espanhol. Barros, Camões e outros eram muito lidos em obras antigas e versavam o espanhol como a própria língua materna. (Said Ali, 1921)*

Ou seja: os autores quinhentistas que preservam os contrastes antigos se orientam pela grafia castelhana. Já ao final do 16 e ao longo do 17, a distinção antiga é cada vez menos nítida, e os usos cada vez mais se confundem:

202. *A falta ou ineficácia dêsse freio conservador fêz com que em livros saídos a lume não muito tempo depois dos Lusíadas (1572), viesse notoriamente confundido o emprego de S e Z. Não é de crer que a causa fôsse a identificação rápida, para não dizer súbita, de dous fonemas rigorosamente diferenciados até então, e desde longo tempo, tanto na escrita como na pronúncia. (...)*

204. *Pelo século XVII não somente era nulo o critério do ouvido para decidir sobre o emprego das mencionadas letras, mas ainda devia ir-se enfraquecendo a influência da grafia tradicional. Interessados entretanto os editores, mais que os autores, em evitar a balbúrdia, esforçaram-se até certo ponto por conservar o costume antigo. Naqueles casos, porém, em que havia incerteza ou esquecimento da escrita usual de outrora e, por mingua de conhecimentos etimológicos, ou não acudia ao espírito a imagem do respectivo termo latino, ou não se percebia a relação*



*fonética entre os vocábulos de uma e outra língua, nesses casos vacilava-se na grafia, escrevendo o vocábulo ora de um, ora de outro modo, ou então firmava-se a maneira de escrever muitas vezes em pura contradição com a prática do passado.(...)*

*206. Nos Sermões de Vieira ocorrem freqüentemente DEZEJO, DEZEJAR, PEZO, PEZAR, EMPREZA e outros. No Sermão de Santo Antonio manifesta-se decidida preferência pela letra Z na grafia PORTUGUEZ, PORTUGUEZA, PORTUGUEZES em dezenas e dezenas de exemplos. (Said Ali, 1921)*

Poderíamos, diante disso pensar em realizar uma comparação entre as grafias originais dos textos. Mas creio que qualquer conclusão aí tem conseqüência limitada. O que seja a “grafia original” dos textos impressos nos séculos 16 e 17 é discutível: pois vemos, na passagem acima de Said Ali, que a liberdade de ação dos editores (=mestres das oficinas tipográficas) era considerável. Assim, ao avaliar a ortografia dos textos, o mais provável é estarmos avaliando a tendência dos tipógrafos ao compor os textos.

Uma “anedota tipográfica” citada na historiografia remete às duas primeiras edições de *Os Lusíadas*.

*120. ... As duas edições d’Os Lusíadas de 1572 empregam como diferença que mais dá nos olhos, segundo a frase de Epifânio Dias, uma, de preferência a grafia ãO, a outra AM tanto nas sílabas átonas quanto nas sílabas tônicas.*

Interessante notar que Vasco da Graça Moura se refere ao mesmo episódio, e considera que a composição do texto na tiragem do primeiro exemplar dos *Lusíadas* teriam seguido as propostas de Pero Magalhães de Gandavo, contemporâneo de Camões, nas *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa* – justamente, no que se refere às terminações verbais em *ão* e *am* (Graça Moura, 2000) – as regras de Gandavo propõem o uso de ãO; o impressor da segunda tiragem teria mudado as grafias para AM.

As figuras a seguir mostram a oscilação na grafia AM-ãO em período ainda mais tardio, em três edições dos *Sermões de Vieira* – logo no frontispício dos volumes. Qual a opção original de Vieira, diante do episódio dos *Lusíadas* será difícil saber:



1. "Sermam da Sexagésima, pegado na Capella Real".



2. "Sermão que pregou o R.P. Antonio Vieira da Companhia de Iesus"



2. "Collecçam dos principais sermoens que pregou o P. Antonio Vieira, da Companhia de Jesus"

É fato consensual que o estabelecimento de uma norma sistematizada por força institucional se dá tardiamente na história da língua portuguesa. Ou seja, apesar da publicação de compêndios que propõe sistematizações para a grafia – Barros (1532), Gandavo (1572), Lião (1576), Alvaro Ferreira Véra (1631) – não se pode falar em uma norma ortográfica para o português antes das reformas de fins do século 18<sup>54</sup>.

Além de tardio, o estabelecimento da norma ortográfica portuguesa foi um processo histórico imbricado, onde se misturam diferentes contingências (marcadamente, a contra-reforma como fator impeditivo de reflexões racionalistas como a que se dá em outros países europeus na mesma época, elevando os vernáculos ao mesmo estatuto do estudo do latim. Giuseppe Tavani destaca, nesse processo "*atormentado*" do estabelecimento da grafia portuguesa, o descompasso em relação à situação do castelhano, cuja grafia já se codifica de forma bastante sólida com Nebrija antes do século 16<sup>55</sup>.

<sup>54</sup>cf. Hakerott, 1986; Buesco, 1984; Fávero, 1996, entre outros.

<sup>55</sup>"A questão ortográfica é um dos capítulos mais atormentados da história lingüística portuguesa. Ao contrário do espanhol, que nos fins do século XV encontrou em Nebrija seu codificador tanto da grafia como da gramática, (...), o português manteve até ao princípio do século em que estamos uma grafia tradicional inspirada em etimologias um tanto arbitrarias". Tavani, 1987.

Assim, quanto à grafia é fato que a escrita portuguesa se encontra, nos séculos 16 e 17, em um estágio fracamente normatizado. Se isto é verdadeiro para a grafia – que é um aspecto bastante direto da sistematização da relação oralidade-escrita – podemos estendê-lo para a escrita em geral. É diante deste contexto que se pode entender que a escrita portuguesa mostrará, ao longo do período do prestígio literário (e social) do castelhano, uma relação forte com o parâmetro da escrita espanhola. Tal afirmação encontra fundamentos na discussão de Maria Leonor Buesco sobre a questão da língua em Portugal, como vimos acima; na tese de Fernando Vasquez Corredoira sobre o galego como exemplo a contrário na instituição da sistematização ortográfica portuguesa. Todos estes trabalhos indicam o movimento de aproximação entre a escrita portuguesa e a castelhana nos 500s e 600s.

Além disso, podemos encontrar indicações de que no período das “reformas” ortográficas entre os séculos 18 e 19, o movimento oposto – afastamento entre as duas escritas – é uma fator relevante. Giuseppe Tavani lembra que a reforma ortográfica estabelecida pela Academia de Lisboa no século 18 – na qual a tendência etimológica sobrepõe-se de modo praticamente definitivo à tendência racional-foneticista – tem sido explicada como um reflexo da influência da ortografia francesa; entretanto, para este autor, as características da reforma se explicam *“talvez, com mais probabilidade, pelo desejo de tornar a língua portuguesa, até no plano gráfico, cada vez mais diferenciada de sua vizinha peninsular”*<sup>56</sup>.

Esta questão do estabelecimento da grafia vem aqui não a propósito de propor implicações diretas no que tange a variação nos aspectos sintáticos, mas sim no sentido de alertar para o fato de que temos motivos para acreditar que a escrita portuguesa encontra uma crise de instâncias de normatização entre o fim da idade média e o século 17, e que esta crise foi muitas vezes resolvida, no que tange a grafia, pela inserção em

---

<sup>56</sup>Tavani, 1987: 202

uma esfera modelar que ultrapassa as fronteiras do reino. Temos assim razões para acreditar que a idealização do *bem escrever* está inserida em um contexto peninsular, regido pelo prestígio do castelhano.

Observe-se que quando se discutem as grafias dos ditongos nasais ou dos pares surdo-sonoro das sibilantes, não se levanta a questão da existência de uma diferença na fala (exceção para as rimas de Gil Vicente) – mas sim de uma aproximação na escrita. Isto porque o arcabouço do saber filológico, combinado aos estudos atuais sobre o português, permite afirmar que tais propriedades fonológicas não surgem no português naquele exato momento em que se estabelecem na grafia. Deste modo, não se confunde a alternância gráfica ãO-AM, ou S-Z, com uma efetiva alternância no sistema; e ainda que AM se sobreponha a ãO em diversos textos, não se vai defender que o falante que escreveu este texto é representante de uma tendência de mudança fonológica na direção de -AM.

Assim, o contexto histórico da escrita “letrada” em português ao longo de todo o século 17 é de profunda *crise*. Nesta crise, está em jogo a própria autonomia da língua portuguesa enquanto veículo de expressão literária, em vista da competição representada pela literatura escrita em castelhano – na Península como um todo, e no interior das fronteiras do próprio “Reino” (que, neste momento, não é um reino). A escrita portuguesa tenderia, neste período, no sentido da neutralização de características regionais da língua.

Vimos que a “grafia correta” em diversos casos remete à grafia do castelhano, e que isto é sobretudo agudo nos casos em que se está tratando de fonemas ou propriedades morfológicas particulares do português – caso das vogais nasais. As formas especificamente portuguesas – *ão*, etc. – aparecem como propriedade saliente nas discussões sobre grafia; e em muitos casos a solução gráfica encontrada remete explicitamente a uma neutralização da diferença e aproximação com formas mais gerais (grafia *am*).

## 3.2 Do contexto medieval aos 1600

É neste espírito que podemos afirmar que a dinâmica da alternância entre formas sintáticas possíveis na língua da época seja orientada pelo mesmo contexto que tem como vetor a língua de prestígio na península. Entre as opções possíveis na gramática do português, os escritores letrados tenderiam a preferir aquelas menos marcadamente regionais e mais similares ao padrão da escrita castelhana (seu modelo literário e de prestígio sociolingüístico).

### 3.2.1 *Nivelamento e porosidade das fronteiras*

Para melhor compreender o que se sugere aqui com referência a uma propriedade *neutra* da escrita portuguesa frente ao contexto maior Ibérico, será conveniente antes de tudo retomar a situação medieval.

Lembrarei aqui resumidamente uma observação de Clarinda de Azevedo Maia em “A História do galego-português”<sup>57</sup>, onde ela compara documentos notariais escritos na região da Galiza e noroeste de Portugal com o intuito de verificar a partir de que momento os dois idiomas começam a se diferenciar na escrita<sup>58</sup>. Entre os diversos aspectos de extremo interesse ali desenvolvidos, saliento a questão do nivelamento das

<sup>57</sup> Maia, 1986

<sup>58</sup> Será interessante salientar a avaliação de C. Maia e de outros filólogos renomados sobre a fidelidade dos documentos notariais medievais em relação à língua falada (como Menendez Pidal, para quem “Los documentos notariales escritos en lengua romance representaban un dialecto artificial, producto del choque entre normas varias de bien hablar; no reflejan con exactitud el dialecto que se hablaba en la localidad donde fueran redactados, sino más bien una tradición cultural extra-local que el escribano se sentía inclinado a seguir”. Menendez Pidal, La escuela lingüística española y su concepción del lenguaje. Madrid, Gredos, 1955; apud Maia, 1986). Sua abordagem se distancia do que costumamos considerar sobre a escrita medieval nos trabalhos em sintaxe – a de que ela representaria uma linguagem “espontânea” e livre de “pressões da norma”. E mais interessante ainda é verificar que o reconhecimento do fato de que se está tratando com uma linguagem padronizada (nas palavras de C. Maia: “convém não esquecer – nunca será demais acentuá-lo – que se trata de língua escrita que, portanto, nunca será expressão fiel da língua falada”, Maia 1986:15), isto entretanto não significa que os filólogos abandonem os documentos como fonte de conhecimento da língua. Ao contrário, consideram-nos “extraordinariamente preciosos” (Maia, idem); mas abordam-nos de forma mediada pela reflexão histórica.

características lingüísticas regionais ao longo do desenvolvimento da escrita na área dialetal do galego-português.

Clarinda Maia traz uma observação central para esta discussão: a de que os documentos do Noroeste de Portugal deixam antever muito limitadamente as propriedades dialetais que, por hipótese, a língua desta região de Portugal deveria compartilhar com o galego. A escrita dos documentos notariais portugueses refletiria um estilo idealizado que neutraliza as características regionais (ou populares – o que no caso, pode ser o mesmo). É muito interessante notar que, mesmo em relação aos documentos galegos (que representam uma realidade sociolingüística que se pode chamar de dilacerante), os documentos notariais do Noroeste português aparecem como mais padronizados, menos próximos ao falar regional, mais nivelados<sup>59</sup>.

Há portanto evidências de que opera, na escrita medieval portuguesa, um apagamento das diferenças regionais (o que poderia explicar a conhecida generalização da “*uniformidade dialetal*” do português medieval). Para Clarinda Maia, este apagamento contrasta os documentos portugueses dos galegos, na área dialetal do galego-português.

<sup>59</sup>Destaco este trecho crucial: “Nalguns casos, a diferença entre a linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal resulta do facto de os notários ou escribas da Galiza revelarem mais intensamente particularidades da língua falada da região do que os tabeliães de Portugal. Efectivamente, os documentos da região portuguesa deixam transparecer uma linguagem mais nivelada, afluando neles muito menos particularidades regionais que nos da região galega. Os notários portugueses dão a impressão de sofrerem a pressão de um tipo de linguagem que usufruía de maior prestígio e que os levava a evitar certos traços da linguagem falada na região. É provável que alguns deles conhecessem a linguagem utilizada na documentação dimanada da Chancelaria Real [convenções notariais introduzidas na época de Afonso III]. Parece, além disso, provável que a situação sociolingüística de algumas particularidades fosse diferente na Galiza e na região do Noroeste de Portugal: para os notários que conheciam uma forma de linguagem mais prestigiada, certos traços da linguagem da região teriam já uma sensível conotação sociolingüística, sendo sentidos como demasiado regionais ou mesmo como populares, o que os levaria a evitar seu emprego nos documentos que fixavam por escrito. Da ausência de determinado tipo de particularidades em documentos da região portuguesa não pode concluir-se que elas não existiriam na região, durante o período estudado”. (Maia 1996:924)

Isto vai ao encontro do que vimos mais acima sobre a construção das normas da grafia portuguesa – que, segundo Fernando Vasquez Corredoira, foi um processo no qual se buscou um afastamento entre português e seu *“exemplo a contrário”*, o galego.

A hipótese, aqui, é que este processo de afastamento do galego é ao mesmo tempo uma aproximação do castelhano. Vimos que para Maria Leonor Buesco, o processo de padronização e elevação do português como língua de escrita se apóia no binômio da garantia da filiação ao latim, e da defesa contra a incorporação ao castelhano. Para Buesco, no auge do período bilíngüe (os séculos 16 e 17), o uso literário do castelhano representou um *“risco para a existência da comunidade lingüística”*. Posição semelhante é a de Pilar Vasquez Cuesta, para quem a situação dos dois idiomas neste período deve ser conceituada como uma *“diglossia conflitiva”*, e para quem o bilingüismo teria desembocado no estabelecimento definitivo do castelhano como veículo exclusivo de escrita em Portugal, fossem outros os desdobramentos históricos de finais do século 17.

No contexto medieval e renascentista, o trânsito dos portugueses entre as duas escritas pode ser tomado como uma alternância no interior daquilo que os falantes imaginam como uma língua geral ou língua culta neutralizada. Isto se aplicaria de modo particularmente interessante aos anos 1500s, que representam um momento crítico da delimitação das unidades lingüísticas na Península Ibérica - foi este o período em que as outras duas línguas literárias ibéricas medievais, o galego e o catalão, deixaram de ser usadas, como vimos.

Ao mesmo tempo, os fenômenos culturais do Renascimento (entre eles, portanto, o bilingüismo literário) precisam ser compreendidos no contexto da *“porosidade de fronteiras nacionais”* de que fala Luis Felipe Barreto ao discutir o trânsito cultural nos

reinos “espanhóis” entre os 1400 e 1500<sup>60</sup>. Nesse sentido, a naturalidade com que circula em Portugal a língua castelhana será um fato surpreendente apenas na visão retrospectiva. O humanista português, o poeta lírico, alternam entre dois idiomas que não estão claramente delimitados como “línguas nacionais”, como na atualidade.

Esta interpretação se encontra no meio do caminho entre afirmar que o português escrito tem, neste período, um estatuto de *dialeto do castelhano*. Concebo de fato que em certos casos podemos até colocar a questão nestes termos; isto poderá parecer extremo – mas vamos voltar um pouco atrás, e examinar o já mencionado soneto que Mayans i Siscar considera exemplar da proximidade dos dois dialetos (como ele os conceitua)<sup>61</sup>:

*Amor con desamor se está pagando  
Dura paga pegada estrañamente,  
Duro mal de sentir estando ausente  
De mí que vivo en pena lamentando.  
O mal, ¿porqué te vas manifestando?  
Bastávote matarme ocultamente,  
Que en fe de tal amor, como prudente,  
Podíais, esta alma atormentando  
Considerar podía Amor de mí,  
Estando en tanto mal que desespero  
Que en firme fundamento esté fundado,  
Ora se espante  
Amor en verme assí,  
Ora diga que passo, ora que espero  
Sosprios, desamor, pena, cuidado.*

<sup>60</sup> “A presença intelectual portuguesa no quadro do renascimento espanhol não deve ser entendida duma forma anacrónica e ideológica. Ela é tão-somente um dos lados duma manifestação civilizacional ainda não suficientemente investigada pelos historiadores. Essa manifestação civilizacional é a porosidade das fronteiras nacionais, porosidade de tal forma intensa para certos grupos e campos sócio-culturais (lembremos, por exemplo a comunidade judaica, o corpo intelectual, certas famílias e empresas comerciais, etc.) que as fronteiras, tanto ideais como materiais que no Renascimento ainda unem mais que separam, tendem a quase desaparecer”. (Barreto, 1986:114, meu grifo)

<sup>61</sup> Lembremos em especial o trecho introdutório ao poema: “*El portugués, aunque es dialecto distinto del castellano, es tan conforme a él que, si uno abre un libro portugués sin saber que lo es, suele suceder leer algunas cláusulas creyendo que es castellano. I assí, sin mucha diligencia, pudo componer Jorge de Montemayor aquel soneto castellano i portugués, que publicó en su Cancionero i dice assí: (...)*” Siscar, op.cit.



Interessante é observar que esta escrita que a Siscar pareceu *quase castelhana*, a meus olhos é castelhana. E há razões para crer que Jorge de Montemayor (autor quincentista, nascido *do Monte Maior*, que *passou a Castela*, e é patrimônio da lírica castelhana – ou diremos, espanhola – renascentista) estivesse de fato escrevendo em castelhana. Ou seja, podemos aventar a curiosa hipótese de que se o tratadista espanhol costumava acreditar que lia em castelhana ao abrir, sem saber, livros escrito em português, o poeta lusitano costumava acreditar que escrevia em castelhana ao compor, sem saber, sonetos em português. Esta pequena “comédia de erros” mostra os tênues limites entre as duas escritas nos 1500.

A questão mais geral, contudo, é melhor colocada como um processo relativo ao direcionamento da idealização da escrita.

Assim, a questão não é afirmar que o padrão de ordenação de constituintes (ou mais especificamente, o padrão de colocação pronominal) nos textos escritos por portugueses *imitassem* ou *emprestassem* construções estrangeiras, mas sim que evitassem construções salientemente portuguesas.

E ainda para compreender a língua portuguesa escrita nos 1600s o recorte peninsular é relevante. Para encerrar a seção, vamos olhar para um aspecto já mencionado no Capítulo II: no contexto do barroco, a escrita literária envolve uma característica de estilo de escrita *cortesã* e *grave* que se espelha em modelos que são Espanhóis antes de castelhanos, antes de portugueses.

### 3.2.2 A crise na *Corte na Aldeia*

Consideraremos aqui um último aspecto como crítico neste problema da inserção da cultura escrita portuguesa no contexto Ibérico: a cultura letrada barroca se insere em um novo padrão das sociedades européias, que passa a orbitar em torno das cortes reais<sup>62</sup>. Entende-se aí a importância da circunstância de o barroco português em seu início se desenvolver em torno de uma corte estrangeira.

Podemos então compreender a crise e a aguda ferida aberta representada pela *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo, com a qual podemos concluir esta reflexão sobre a escrita em língua portuguesa no contexto do horizonte espanhol.

A *Corte na Aldeia*, publicada em 1619, é um dos textos teóricos em língua portuguesa a que a historiografia confere importância modelar no ideário do período. A *Corte* é um tratado de discrição cortesã; e nisto se encerra seu paradoxo, apontado pelo próprio Lobo já na apresentação, como no título da obra: o *“tratar de cousas de Côrte nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada”*. O Quadro V a seguir reproduz a apresentação da *Corte*<sup>63</sup>, em que já se entende porque a obra pode nos dar a medida da crise das letras portuguesas nos 1600s.

<sup>62</sup> Remeto centralmente à seguinte afirmação de Simão Gomes Junior: *“De um ponto de vista estritamente histórico, o que se passou na Europa, entre os séculos XVI e XVII, foi uma alteração nos padrões de comportamento em sociedade, orientada por um novo tipo de organização cujo centro era a corte real ou principesca, a partir do qual se procedeu a uma transformação geral nas atitudes relativas tanto ao espírito quanto às maneiras.”* (Gomes Jr, 195)

<sup>63</sup> cf a edição utilizada como fonte no *Capítulo I*, de 1927 (Lisboa, Sá da Costa; prefácio e notas de Afonso Lopes Vieira, com ortografia original)

## Quadro V: A Corte na Aldeia: Apresentação

“AO SR. D. DUARTE, MARQUÊS DE FRECHILHA E DE MALAGAM

Depois que faltou a Portugal a Côrte dos Sereníssimos Reis, ascendentes de V. Excelência (da qual as nações estrangeiras tinham tão grande satisfação e as vezinhas tão igual inveja), retirados os títulos pelas vilas e lugares do Reino e os fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer Côrte nas Aldeias, renovando as saüdades da passada com lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses; e até V. Excelência, que, na de Espanha, podia aventajar tôda sua grandeza, escolheu para morada essa cidade de Évora, que já el-Rei D. João, com o Ifante D. Duarte, avô de V. Excelência, e os mais Príncipes seus irmãos habitaram; cujos caídos muros e edificios, desamparados paços e incultos jardins parece que, agradecidos à assistência e favores de V. Excelência, ressuscitam agora; e não sòmente os mosteiros antigos, a que faltava aquela grandeza que os enobrecia, se reedificaram à sua sombra, mas ainda, encostados ao amparo dela, se fabricaram outros de novo, com maior perfeição.

Com a mesma confiança busca a V. Excelência esta Côrte na Aldeia, composta dos riscos e sombras que ficaram dos cortesãos antigos e tradições suas, para que V. Excelência a ampare como protector da língua e nação Portuguesa, honre como relíquia do sangue Real dêste Reino e a acredite como espelho e exemplo das virtudes e partes soberanas dos Príncipes passados. Aqui ofereço a V. Excelência uma conversação de amigos bem acostumados, umas noites de Inverno melhor gastadas que as que se passam em outros exercícios prejudiciais à vida e consciência; finalmente, uma Côrte que, como bonina do mato, a que falta o cheiro e a brandura das dos jardins, ainda que na aparência e côres a queira contrafazer, é contudo diferente. Se os ditos dêstes aldeãos cheirarem a Côrte, acreditarão o título do livro, e, se souberem ao monte, também nêle se confessa por Côrte de Aldeia; e com muito maior razão o será quando chegar à vista de V. Excelência, em que se podem reformar de polícia as que são na Espanha mais apuradas. V. Excelência a ampare com sua humanidade, lembrando-se que, como não pode haver Côrte sem Príncipe, que esta o não podia parecer sem que tivesse por si a V. Excelência, e que, como em noites de Inverno, ficara muito às escuras êste livro sem a luz e graça que espera comunicar de sua clareza. E se alguém me julgar por atrevido em tratar de cousas de Côrte nascendo em idade em que já a de Portugal era acabada, sabendo que na de V. Excelência fui muitas vezes favorecido de mercês suas, e honrado com elas na do Excelentíssimo Senhor Duque D. Teodósio, irmão de V. Excelência, não condenará minha ousadia com justa razão e achará algumas com que dê a êstes Diálogos merecimento, que pôsto que lhes falem muitos para serem oferta digna de tão grande Príncipe, nesse pouco que pode dar por fruto o meu engenho pago com a vontade o em que para outras obras faltaram a natureza, a arte e a ventura. E ante quem em tudo é tão grande, nada o pode parecer senão esta confiança, fundada na benignidade com que V. Excelência sempre autorizou minhas obras, que me assegura que assim aceitará agora êste piqueno serviço, pois não é menor grandeza obrigar-se dos humildes que fazer a todos grandes mercês. Nosso Senhor guarde a V. Excelência muitos anos.

De Leiria, o I de Dezembro de 1618, Francisco Rodrigues Lôbo”

Será comum encontrar na historiografia referências à *Corte* como um dos pontos altos da apologia da língua portuguesa e da autonomia política de Portugal nos 1600s<sup>64</sup>.

Para entender essa aparente contradição, será importante olharmos de perto para alguns trechos do livro. A ação se desenrola no contexto de uma *conversação aprazível* entre os principais personagens: o senhor da casa (*Leonardo*); um *Letrado* (*Lívio*), um *fidalgo mancebo* (*Dom Julio*), um *estudante de bom engenho* (*Píndaro*) e um *velho não muito rico* que tinha servido a um dos *Grandes da Corte* (*Solino*)<sup>65</sup>. Já no *Primeiro Diálogo*, a conversa toca o ponto que aqui nos interessará, – pois está em pauta a linguagem, discutindo-se sobre a melhor forma de expressão, se a fala (*a prática*), se a escrita (*a escritura*).

Reproduzo no *Quadro VI* a seguir um trecho importante para esclarecer minha interpretação do lugar da língua portuguesa na *Corte*

<sup>64</sup>Para Antonio Saraiva, “Um dos aspectos importantes da *Corte na Aldeia* consiste em dar uma expressão da resistência contra a absorção castelhana” (Saraiva, 1986:396)

<sup>65</sup>“Um inverno em que a *Aldeia* estava feita *Côrte* com homens de tanto preço que a podiam fazer em qualquer parte, se juntava a maior dêles em casa dum antigo morador daquele lugar, que também o fôra em outra idade da casa dos Reis, donde, com a mudança e experiência dos anos, fêz eleição dos montes para passar nêles os que lhe ficavam da vida; grande acêrto de quem colhe êste fruto maduro entre desenganos. Ali, ora em *conversação aprazível*, ora em moderado e quieto jôgo se passava o tempo, se gozavam as noites, se sentiam menos as importunas chuvas e ventos de Novembro e se amparavam contra os frios rigorosos de Janeiro”.

## Quadro VI: A Corte na Aldeia: Primeiro Diálogo ( p.22-final):

“- Pois assim é (disse D. Júlio) que a principal razão porque aprovais os diálogos é porque mais familiarmente se parecem com a prática, desejo saber qual é mais nobre cousa: se a prática, se a escritura; porque a mim me parece que à escritura se deve o melhor lugar, e que antes merecia a prática por se parecer com ela; o que agora encontra a vossa opinião.

- Nenhuma dúvida há (respondeu o Doutor) que a prática seja mais nobre, mais antiga e mais excelente; porque, além de o falar ser operação natural dos homens, e acto em que êles fazem ventagem e diferença a todos os animais, a escritura não é mais que uma escrava e servente das palavras, e o escrever não é outra cousa mais que suprir com um instrumento, por meio da arte e das mãos, o que com a voz se não pode exprimir e alcançar com os ouvidos, ou por distância de lugar, como quem escreve aos ausentes, ou por discurso de tempo, como quem escreve para os vindouros. E porque nunca a escrava é tão nobre como a senhora a quem serve enquanto escrava, nem o que substitue em lugar doutrém se lhe pode preferir no mesmo lugar, assim nunca a escritura pode igualar a nobreza e perfeição da prática.

- O contrário me parece a mi (replicou o Fidalgo) porque nem por a prática ser mais antiga e primeira que a escritura, é mais perfeita, antes ela foi a perfeição da prática; e pôsto que seja própria operação do homem o falar, não é nêle menos nobre o acidente de escrever, antes me parece mais digno o que êle alcançou por arte que o que adquiriu por uso; e quási que ousaria a dizer que é operação sua o falar, dada a respeito de haver de escrever, pois êsse é o meio de se perpetuar, sustentando no entendimento dos presentes e na lembrança dos futuros a memória das cousas passadas. Assim que nem por a primeira razão merece a prática melhor lugar, nem a escritura, por servente e ministra sua, é menos nobre. Porque o Sol serve de mostrar as cousas criadas, que lhe são muito inferiores, e de dar luz e nutrimento a outras de menor qualidade, e nem por isso elas se lhe podem antepor. E quanto a substituir a escritura em lugar da voz, ela o faz por tão excelente maneira que lhe tem muita ventagem, pois o que a voz não pode exprimir juntamente em diferentes lugares e a diversas pessoas em um mesmo tempo, o faz a escritura com grande perfeição, podendo muitas pessoas, em diferentes lugares, ler em um mesmo tempo a própria cousa; polo que me parece que, ainda que a vossa escolha fôsse boa, não fundastes bem a razão dela.

- Certo (disse Leonardo) que de ambas as partes destes tão boas razões que fica duvidosa a melhoria. Porém concedendo à prática a excelência, a acção, o modo e a graça de falar, que é uma viveza a que se não iguala outra nenhuma semelhança, a escritura tem tantas grandezas que parece igualmente necessária para a vida, pois ficava o mundo às escuras sem a luz da lição escrita, e só na tradição dos homens se salvaria a memória das cousas, e, nas principais, dominaria a ignorância com mero império. Porém, deixando isto por averiguar, pois com tanta galantaria e agudeza está tocado o que baste, quero que passemos adiante e, por me fazerdes mercê, que me ensineis se na prática, em voz, e na escritura considerada, tem bom lugar a nossa língua Portuguesa: porque ouço de má vontade a alguns naturais que tratam mal dela e a condenam por grosseira e limitada.

- Uma cousa vos confessarei eu, senhor Leonardo (disse a isto D. Júlio), que os Portugueses são homens de ruim língua, e que também o mostram em dizerem mal da sua, que, assim na suavidade da pronunciação como na gravidade e composição das palavras, é língua excelente. Mas há alguns néscios que não basta que a falem mal, senão que se querem mostrar discretos dizendo mal dela; e o que me vinga de sua ignorância é que êles acreditam a sua opinião, e os que falam bem desacreditam a ela e a êles.

- Bravamente é apaixonado o senhor D. Júlio (acudiu o Doutor) polas cousas da nossa Pátria, e tem razão, que é dívida que os nobres devem pagar com maior pontualidade à terra que os criou. E verdadeiramente que não tenho a nossa língua por grosseira, nem por bons os argumentos, com que alguns querem provar

que é essa; antes é branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e escritura. Para falar é engraçada com um modo senhoril; para cantar é suave com um certo sentimento que favorece a música; para prègar é sustanciosa, com uma gravidade que autoriza as razões e as sentenças; para escrever cartas nem tem infinita cópia que dane, nem brevidade estéril que a limite; para histórias nem é tão florida que se derrame, nem tão sêca que busque o favor das alheias. A pronunçiação não obriga a ferir o céu da bôca com aspereza, nem a arrancar as palavras com veemência do gargalo. Escreve-se da maneira que se lê, e assim se fala. Tem de tôdas as línguas o melhor: a pronunçiação da Latina, a origem da Grega, a familiaridade da Castelhana, a brandura da Francesa, a elegância da Italiana. Tem mais adajos e sentenças que tôdas as vulgares, em fé de sua antigüidade. E se à língua Hebreia, pola honestidade das palavras, chamaram santa, certo que não sei eu outra que tanto fuja de palavras claras em matéria descompôta quanto a nossa. E para que diga tudo, só um mal tem: e é que, polo pouco que lhe querem seus naturais, a trazem mais remendada que capa de pedinte.

- Folguei estranhamente de vos ouvir (disse Solino) por não ficar tão covarde, como atègora estava, em ouvindo murmurar da língua Portuguesa; e não ousava, ou não sabia dizer a minha opinião, a qual cuidava que me nascia do amor que lhe tenho, e que cada um tem às suas cousas como o corvo aos filhos, e Píndaro às suas trovas. Porém quando um homem tão bem fundado na razão como o Doutor, e tão autorizado em seu parecer, sustenta esta parte, nenhuma haverá já tão rija que me tire o atrevimento.

- Nem a língua (disse Píndaro), pois não há amizade que vos faça perder o costume.

- Perdoai-me (tornou êle) que vos feri por não perder o golpe. E, tornando ao que aqui se tratou para recordar o que começámos, averiguou o Doutor que a melhor maneira de escrever eram os diálogos (ficando meu direito reservado nos livros de cavalarias); tocaram-se louvores da prática e escritura com muito engenho; declarou-se como a língua Portuguesa não desmerece lugar entre as melhores, para nela se escreverem matérias levantadas, aprazíveis, proveitosas e necessárias. ¿Que falta entre vós para que destas noites bem gastadas, destas dúvidas bem movidas e destas razões melhor praticadas, se faça um ou muitos diálogos que, sem vergonha do mundo, possam aparecer nas praças dêle à vista dos curiosos e ainda dos murmuradores?

- Tem Solino muita razão (disse D. Júlio) e se assim forem os diálogos como se podem formar com a prática de alguns que estão presentes, bem se autorizara a opinião do Doutor, pôsto que a minha fique de vencida com a ventagem que aqui tem a prática das escrituras alheias. E pois se aproveitam tão bem as noites neste lugar, razão é que por meio dêles se comuniquem a quem se aproveite da doutrina e interêsse delas.

- Se eu não dormira tão poucas horas da passada (disse o Doutor) ainda houvera de prosseguir adiante e responder a isso; mas com vossa licença me vou recolher e amanhã acudirei mais cêdo.

- Acompanhemos ao Doutor (disse o Fidalgo); e, levantando-se êle, se despediram todos com muita cortesia, deixando ao senhor da casa magoado de se acabar tão depressa a conversação; que quem sabe estimar a que é tão boa, tem sentimento das horas que dela perde."

[fim do primeiro diálogo]

Por conta talvez centralmente deste Primeiro Diálogo, a *Corte* tem sido citada em alguns pontos da historiografia, como sinal do vigor da língua portuguesa nos 1500s e 1600s, em uma mesma linha com o outro grande momento do *engrandecimento da língua*, o *Diálogo em defesa da língua portuguesa* de Pero Magalhães de Gandavo, que já mencionamos; o paralelo entre o Primeiro Diálogo da *Corte*, no trecho que destacamos, pode ser feito com o diálogo inteiro de Gandavo.

Minha interpretação nos dois casos será a mesma: tanto a *Corte*, como os Diálogos de Gandavo, evidenciam o baixo prestígio da língua portuguesa entre os quinhentos e os seiscentos.

Assim é que defenderei aqui uma posição aparentemente contraditória: a *Corte na Aldeia* de Lobo, com toda sua apologia do Português e da cortesia portuguesa, é entre as obras que compõe este estudo a que mais agudamente manifesta a instância modelar da cultura castelhana em Portugal.

Entendo que Lobo procura, ali, mostrar que o fidalgo português pode ser discreto; que sua língua materna pode exprimir discrição e engenho; mas que isto deve ser entendido, fundamentalmente, em um contexto no qual discrição e engenho são muito claramente definidos, a partir de modelos culturais que são Espanhóis.

Neste contexto, a obra de Lobo é paradigmática em mais de um sentido. Antes de tudo importa lembrar que Lobo se aproxima de uma linhagem Ibérica de escrita também pelo fato de ter sido, como muitos outros, um autor bilíngüe. Ele escreve, em 1623, uma obra em castelhano cujo contexto é todo ele contraditório para pensarmos a defesa de Portugal na *Corte*: trata-se de “*La jornada que La Magestad Catholica Del Rey Filipe III hizo al Reino de Portugal, y el triunfo y pompa porque le recibió la insigne ciudad de Lisbod*”, que descreve com toda sua glória o coroamento de Felipe da Espanha como Rei de Portugal depois da crise dinástica (Saraiva, 1986; Garcia Peres, 1890). E ainda em 1676, ou seja 30 anos depois de restaurada a dinastia portuguesa, ele escreverá uma peça teatral em

castelhano, o “*Auto del nacimiento de Cristo y edicto del Emperador César Augusto*”.

Mas para além do bilingüismo, o caso de Lobo simboliza bem a questão do horizonte modelar peninsular dos autores portugueses. A filiação da *Corte* à cultura letrada espanhola é fato explorado por José Adriano de Carvalho, que salienta que a obra de Lobo surge no apogeu editorial de alguns dos principais manuais de *discrição cortesã* espanhóis, como o *Galateo Español* (1598) de Lucas Gracián Dantisco. O ponto principal da argumentação de Carvalho é mostrar que a obra de Lobo está mais próxima desta versão espanhola que do original italiano (*Il Galateo*, de Giovanni Della Casa).

Para Carvalho, a *Corte* se filia a Gracián em tantos e tão profundos aspectos, que ele concentua a relação das duas obras como uma *dependência*<sup>66</sup>. O grau de aproximação entre a *Corte* de Lobo e a obra espanhola, argumenta ele, pode ser observado tanto na esfera do ideário que as inspira, como (e isso é aqui central) na propriedade modelar que a estrutura do texto espanhol parece ter no texto português<sup>67</sup>. Embora Carvalho saliente que “*raramente segue Rodrigues Lobo o Galateo Español ao pé da letra (a sua tendência é para o resumir) e uma única vez parece contar a mesma anedota com quase todas as mesmas palavras*”, parece no entanto admirável o grau de proximidade que o historiador vê entre as duas obras, não apenas em termos de temática, mas em termos de estrutura

<sup>66</sup>“Tanto do ponto de vista temático, como desde a perspectiva da sua situação no conjunto do movimento editorial (e social) de obras como *El Cortesano*, o *Galateo Español*, o *Aviso de Privados*, a *Corte na Aldeia* parece estar muito mais próxima da adaptação de *Il Galateo* de Giovanni Della Casa. A preocupação pelas regras duma “retórica” que deve reger os títulos, o escrever das cartas, o comportamento dos embaixadores, as cerimônias da mesa e dos encontros em público, a etiqueta da conversação, o comportamento diante das damas, a maneira de contar novelas (e a inclusão de exemplos no corpo da obra) a descrição dos exageros das manifestações do amor materno, e até alguma coincidência nas anedotas que contam, parecem fazer dessa aproximação uma *dependência*. (...)” (Carvalho, in Pires e Carvalho, 2001:143)

<sup>67</sup>“Aliás a estrutura da *Corte na Aldeia*, com o seu sistema aberto (o começo está situado antes do primeiro encontro, e o seu final é apenas provisório, já que outros encontros e diálogos se deveriam seguir), aproxima-se mais de um registro ou actas de uma tertúlia de alguns amigos que da evocação nostálgica duma “academia” ou “salão” aristocrático perfeitamente regulado como o de *Il Cortegiano*. Tal como em 1617, em Toledo, em casa do conde de Mora se seuniam alguns amigos para “divertir com pláticas suaves el importuno frio”, também a “conversação aprazível” que fazia sentir menos “as importunas chuvas e ventos de Novembro” e os “rigurosos de Janeiro” parece ser o que regista a *Corte na Aldeia*.” (Carvalho, in Pires e Carvalho, 2001:147)



do texto. Nesta estrutura, além de outros pontos importantes que aqui não estão em foco, importa notar que Lobo procura seguir um certo “*estilo grave e cortesão*” dos diálogos.

António Saraiva se refere ao estilo de escrita de Lobo como *preciosamente cortês*. Esta propriedade de *discrição e cortesia* me parece que tem uma filiação clara: dos modelos espanhóis, para a prosa barroca portuguesa, passando, se quisermos, pelos escritores maneiristas. Pois o mesmo Saraiva salienta a segunda propriedade paradigmática da Corte – a de modelo para as próximas gerações de autores: “... *redigido com extremo apuro, e que constitui, pela frase elíptica e preciosamente cortês, e por ser repositório de provérbios e graças idiomáticas, um paradigma de prosa acadêmica*”<sup>68</sup>. Se Rodrigues Lobo é paradigma da escrita barroca que o segue (não há motivos para duvidar que todos os outros autores que aqui estudamos tiveram acesso à *Corte*), interessaria saber quais as propriedades da “*frase elíptica e preciosamente cortês*” de Lobo, e que podem ter servido de modelo para os escritores que o seguem.

Penso que uma destas propriedades pode estar refletida em seu padrão de colocação pronominal. Interessa lembrar que a Corte de Lobo é o texto em que mais encontramos a tendência em se generalizar a próclise para contextos em que ela não é esperada no português medieval nem moderno, como as estruturas potencialmente verbo-iniciais. Vimos, no Capítulo I, que neste texto, além da baixa frequência de enclises em ambientes Sujeito-Verbo, atestam-se próclises em sentenças parentéticas e possíveis retomadas clíticas, em proporção destacada.

O paradigma representado por Lobo, e sua *Corte* nas aldeias, mostra bem a hipótese de que o padrão sintático das obras literárias escritas entre os anos 1600 e o início dos 1700s reflete uma escolha na direção de uma escrita neutra, *cortesã* e *grave*.

<sup>68</sup> Saraiva, 1996

### 3.3 O estilo *cortês* e *discreto*

Já vimos, no *Capítulo II*, que os “conjuntos de correspondências” incluídos no nosso *Corpus* principal não constituem uma reunião arbitrária de textos escritos com função meramente comunicativa, mas sim representam obras concebidas para publicação posterior. O caso paradigmático, como vimos ali, são as *Cartas Familiares* de Francisco Manuel de Melo, que estão longe de representar documentos espontâneos para comunicação com sua “família”. Outro caso importante são as Cartas de António Vieira. O conjunto dos textos incluídos no corpus inclui sua correspondência diplomática com figuras notáveis da época (incluindo o rei de Portugal depois de 1640) e cartas anuais para os superiores da Companhia de Jesus. É forçoso notar que não poderemos falar de uma linguagem familiar e informal também nestes casos, como ressalta João Adolfo Hansen, organizador mais recente desta correspondência: *“Infere-se da prática epistolar de Vieira o mesmo preceito: a aplicação dos decoros estilisticamente adequados à ocasião precede totalmente qualquer veleidade de expressão “sincera” dos afetos”*<sup>69</sup>.

Mais adiante veremos quais os *decoros estilisticamente adequados* a que faz referência Hansen, e que me parece se aplicam às demais peças de epistolografia dos 1600s. Mas no que tange especificamente a correspondência de Vieira, há que notar ainda que no grupo que corresponde à “comunicação interna” com a Companhia, em especial as cartas anuais, há que se lembrar ainda tratar-se de um tipo singular de escrita que seguia normas expressas, determinadas pelo próprio Ignácio de Loyola, e difundidas em modelos espalhados entre os jesuítas em todo o globo. Reproduzo um trecho destas normas tal como citado por Hansen:

*[...]V.R. tenga forma de scriver y hazer que los suyos scrivan a Roma (ultra de lo que querrán scriver a Portugal), no solamente de cosas de edificación, pelo lo demás también, que conviene que sepa el Prepósito General; y las letras de edificación no contengan otros negocios. Vengan de por si. [de Inácio de Loyola para o Pe Manuel da Nóbrega, 18 de julho, 1553; cf. Hansen,*

<sup>69</sup>Hansen (2003:26)

2003:30]

(...) *En las letras mostrables se dirá em quantas partes ay residentia de los de la Compañia, quantos ay em cada uma, y em qué entienden, tocando lo que haze a edificación; asimesmo como andan vestidos, de qué es su comer y beber, y las camas em que duermen, y qué costa [sic] haze cada uno dellos. También, quanto a la región dónde está, em qué clima, a cuántos grados, qué venzinidad tiene la tierra, cómo andan vestidos, qué comen, etc.; qué casas tienen, y cuántas, según se dize, y qué costumbres; cuántos christianos puede aver, cuántos gentiles o moros; y finalmente, como a otros por curiosidad se scriven muy particulares informaciones, así se scrivan a nuestro Padre, porque mejor sepa cómo se há de proveer; y también satisfazerse ha a muchos señores principales, devotos, que querían se scrivesse algo de lo que he dicho. [do Padre Juan Polanco, por comissão de Loyola, para M. da Nóbrega, agosto de 1553; cf. Hansen, 2003:30]*

Hansen considera que as cartas de Vieira para os membros da Companhia, um século depois, “*dão continuidade aos preceitos de Loyola*” (Hansen, 2003:33); cotejando as cartas, ele observa que se segue, aí, a estrutura e a seqüência expositiva preceituada por décadas de correspondência jesuítica (o mesmo receituário seguido, também, já por Manuel da Nóbrega em meados do 16, cf. Serafim Leite, 1954 *apud* Hansen)<sup>70</sup>.

O que importa aqui ressaltar, a partir da perspectiva assim colocada, é: assim como fizemos quanto aos Sermões, à Nova Floresta, e às Cartas Familiares, abandonemos aqui qualquer postura direta diante da composição do texto das Cartas de Vieira. Grande parte da correspondência de Vieira seguirá, portanto, certas estruturas e convenções próprias da correspondência jesuítica; a outra parte, convenções de outra natureza, que se inserem no contexto geral da correspondência entre indivíduos letrados.

Com isto não se quer dizer que a escrita das cartas seguisse uma *norma culta* da língua no sentido de *norma gramatical*, como hoje se aplica à escrita. Apontei até aqui, apoiada na historiografia, apenas para o fato de não se poder abordar as Cartas como algum

<sup>70</sup>Hansen considera, sobre Vieira, que “*Sendo excelentes realizações de gêneros epistolares, suas cartas não têm originalidade, no sentido romântico e moderno da mercadoria que concorre com outras no mercado de bens culturais. E isso porque Vieira aplica e transforma matérias e preceitos, do todo social objetivo, que não são de sua propriedade particular, mas propriedade comunitária da Companhia de Jesus (...). Além disso, como seu tempo não conhece a divisão do trabalho intelectual da divisão iluminista e pós-iluminista, que tornam os regimes discursivos especializados, sua correspondência também não tem autonomia estética (...)*” (Hansen 2003:33)

tipo de *escrita espontânea*.

Mas como podemos conceituar os condicionantes da “não-originalidade”, da “não-espontaneidade”, da “não-autonomia estética” desta escrita? Para compreendê-lo, vamos lembrar que Hansen menciona certos *decoros* estilisticamente adequados, e Saraiva, a propriedade da *discrição*. *Decoro, discrição, prudência, juízo*, são propriedades da esfera do ideário barroco, e se inserem na mesma discussão ampla sobre a retórica que estivemos visitando quando falamos do *engenho* nos sermões.

Para J. Adolfo Hansen, o discurso das *Cartas* de Vieira “*é praticado e recebido com a naturalidade que têm as convenções sociais*”; essa convencionalidade deve ser compreendida no contexto daquilo que a *recepção culta* da época espera, ou seja, justamente, a *discrição* e o *decoro* no discurso – mas crucialmente, isso envolve “*elencos memorizados e praticados por Vieira, pois a recepção culta espera achá-los, quando lê a carta*”<sup>71</sup>.

Ora, os modelos mencionados para essa *discrição*, as fontes desses *elencos memorizados*, a que deve remeter o *perfeito cortesão*, são todas elas castelhanas: o “*Oráculo manual y Arte de prudência*” de Gracián; “*Empresas políticas: Idea de um príncipe político-cristiano*” de Saavedra Fajado<sup>72</sup>.

Parecerá que de novo nos afastamos muito dos limites do que é possível um trabalho sobre sintaxe tratar. Mas na argumentação de Hansen quero apenas salientar dois

<sup>71</sup>“Não há nenhuma oposição ou exclusão de natural e artificial na prática epistolar de Vieira. Ao contrário, naturalidade e artifício implicam-se mutuamente: porque é artificial – como ars ou prescrição técnica aplicada racionalmente à produção de um efeito conceitual determinado – o discurso é praticado e recebido com a naturalidade que têm as convenções sociais. (...)”

A naturalidade do artifício fundamenta-se em repertórios de casos análogos do costume antigo. Constituem os elencos memorizados e praticados por Vieira, pois a recepção culta espera achá-los, quando lê a carta. Como no texto de Gracián sobre a educação do discreto, são tópicos poéticos e oratórios da antiguidade de seu tempo (...); ou casos históricos relidos em clave neo-escolástica (...), e argumentos da filosofia, moral e metafísica (...); [etc] (...).

Constituída pelas virtudes intelectuais e letradas do padre, e, muitas vezes, pelas virtudes galantes e heróicas do cortesão, a representação do remetente distingue-se pelo engenho, a capacidade intelectual da invenção retórico-poética, e pelo juízo, a capacidade dialética da avaliação ético-política das ocasiões. (...)” (Hansen 2003)

pontos importantes.

O primeiro é que, a exemplo do que salienta Alcir Pécora sobre os Sermões, como vimos no *Capítulo II*, será anacrônico pensarmos a escritura das cartas nos termos de uma oposição *naturalidade/artificialidade*. Assim, temos bem delimitado aqui o aspecto primeiro que interessa reter em toda a discussão sobre a *retórica*: não se tratam de questões de *ornamentos*, mas de um tipo de *estrutura* de discurso. Assim, a epistolografia, como a oratória – os “gêneros” do barroco em geral, devem ser entendidos como inseridos nesta esfera da *retórica*.

Mas interessa sobretudo observar que Hansen remete à questão das expectativas da recepção culta, e à educação do perfeito cortesão; já vimos o que afirma Saraiva sobre o “*misto de sofrimento e amaneiramento acadêmico*” das Cartas de Melo. Aqui poderemos abordá-lo sob nova perspectiva: “... *Mas raramente há a revolta; queixa-se ‘de mansinho’; e só por exceção é que se eleva o tom em que diz; ‘Caibam em si os censurados, que o entendimento é livre, e o bom entendimento é a mesma liberdade...’.* Tal compostura é, não esqueçamos, a de um auto-retrato feito para a posteridade por um ‘discreto’ e perfeito cortesão barroco: as cartas foram, em grande parte, retocadas e já concebidas para publicação, auto-apologia e exemplaridade. (Saraiva, op. Cit.)” Neste sentido, tanto nas Cartas de D. Francisco e de Vieira (textos tão representativos da *escrita culta* da época como outros gêneros em que isto nos pareça mais evidente) encontramos referência a duas propriedades sempre lembradas na historiografia: *cortesia* e *discrição*.

O ideário *discreto* do barroco aparece sempre situado na matriz histórica em que se

<sup>72</sup>“Na enunciação desse remetente caracterizado pelas virtudes políticas do perfeito cortesão, a agudeza retórico-poética do engenho funde-se com a prudência ético-política do juízo (...). Em “Empresas políticas: Idea de um príncipe político-cristiano”, Saavedra Fajado afirma que a integridade da discrição certamente é virtuosa, mas torna-se ‘danosa das conveniências’ se é apenas integridade sem dissimulação. Infere-se da prática epistolar de Vieira o mesmo preceito: a aplicação de decoros estilisticamente adequados à ocasião precede totalmente qualquer veleidade de expressão ‘sincera’ dos afetos. E é justamente a agudeza, como prescreve Gracián em “Oráculo manual y Arte de prudência”, que permite a sinceridade estilística da metáfora que diz o ‘sim’ que significa o ‘não’ e o ‘talvez’.” (Hansen 2003:33)

insere a escritura barroca portuguesa: a Espanha. Vimos, no que tange a correspondência de Vieira, que tanto o ideário escolástico (via Companhia de Jesus) como cortês são trazidos de modelos *castelhanos*: Ignácio de Loyola, Gracián, Saavedra Fajado. Pode-se remeter, assim, a um estilo de escrita *cortesã* e *grave* que se espelha em modelos que são Espanhóis (antes de castelhanos, antes de portugueses).

Considero este um fato extremamente interessante para a hipótese que se defende nesta tese. O problema dos horizontes modelares *espanhóis* do barroco português pode ser tomado em perspectiva com a situação mais geral da língua portuguesa frente ao castelhano como língua de cultura na Península Ibérica em um longo prazo, e assim mostrar sua relevância. A escrita portuguesa em 1600 faz parte de um ciclo histórico que remete aos primeiros registros escritos, e tem seu fim a partir do início dos 1700. Entre a Idade Média e o século 17, os horizontes modelares e estruturantes da língua portuguesa não se limitam às fronteiras nacionais do país, mas sim estendem-se ao espaço maior Ibérico, onde se contextualizariam os funcionamentos da norma escrita, das incorporações estilísticas, e daquilo que os falantes idealizam como a língua padrão. Estaria em jogo nesse processo a valoração de um estilo regionalmente neutro, que terá incidência nas formas lingüísticas salientes de cada língua local em contraposição ao castelhano.

Nesse sentido não me parece surpreendente constatar que as construções menos freqüentes nos textos “clássicos” são justamente as que instanciam formas tipicamente portuguesas, e já perdidas pelo castelhano renascentista.

É significativo, ainda, o fato de encontrarmos nos textos manuscritos as construções com ênclises – que embora possíveis no sistema que por hipótese pode explicar a sintaxe dos textos, são raras nos textos “literários”.

Vamos lembrar que o diálogo de Gandavo, assim como as discussões sobre a grafia dos ditongos nasais, deixam também transparecer que está em pauta, no contexto dos 1500 e

1600, defender a língua portuguesa da pecha de *rude, tosca, e grosseira*. E que para Clarinda de Azevedo Maia, as propriedades regionais da região dialetal do galego-português ao longo da Idade Média têm uma conotação sociolingüística que remete ao popular. Aqui importa lembrar que a ênclise com verbos finitos é uma propriedade que o português compartilha com o galego, e que diferencia ambos em relação ao castelhano.

A diferença que encontramos entre a linguagem dos textos manuscritos por indivíduos não-letrados e a linguagem dos textos literários dos 1600s e início dos 1700s pode incluir portanto, entre outros fatores, o problema da aproximação e distanciamento entre dois pólos: o popular-regional, e o culto-neutro

Neste sentido, o problema da representatividade dos textos literários do nosso Corpus em relação à língua falada se torna melhor compreendido. Pois quando se fala no contraste entre as obras seiscentistas e setecentistas do corpus, a questão do distanciamento entre escrita e fala não pode ser tomada como único fato importante. Não há razões para pensar que a escrita setecentista reflita mais fielmente a oralidade que a escrita seiscentista; nos dois casos, estamos lidando com a escrita culta literária.

A questão reside na direção em que operam as idealizações. Com o início do novo ciclo histórico representado pelo início do século 18, novas forças culturais estão em jogo, e a conformação a um estilo Ibérico neutro deixa de ser relevante. Assim, a escrita culta da nova geração dos 1700 terá seus modelos e contingências de idealização que a afastem eventualmente da língua falada, mas não mais no sentido da valorização do castelhano como dialeto literário de prestígio.

Lembro, a propósito, que ainda em textos escritos nos 1700 se pode atestar uma baixa proporção de ênclises – mas aqui será importante lembrar que os textos com este perfil correspondem àqueles escritos pelos autores *nascidos* no final dos 1600, como se abordou no *Capítulo II*. Na defasagem entre a primeira geração de autores nascidos nos 1700 e a última geração dos 1600 que escreve até meados dos 1700 operam movimentos

diversos, mas nota-se o contraste entre os textos ainda ligados à tradição barroca e dos textos que rompem com esta tradição.

Saliento que, como também já vimos, a frequência de ordens SV com ênclises ou com próclises não parece estar ligada exclusivamente à época em que os autores nascem, mas também ao contexto histórico de sua escrita – curiosamente, a frequência de ordens VS, ao contrário, apresenta um padrão mais claramente relacionado à geração dos autores em termos de sua época de nascimento. Melhor dito: embora não seja evidente, diante dos dados quantificados, que uma maior frequência de *inversões* nos textos possa ser explicada diretamente pelo estilo do texto, os dados permitem dizer que na fronteira dos 1600-1700, *os textos com mais baixa frequência de ênclises são escritos por autores com filiação à escola barroca, como Aires.*

Ora, a matriz estética barroca é *espanhola* antes de portuguesa. Isso não significa tomar o barroco como período de “*invasão*” ou imitação do “*estrangeiro*” - noções comuns em parte da historiografia como também já vimos. Mas é fato que no contexto histórico da época que se convencionou chamar “*O Barroco*”, o horizonte último da cultura letrada portuguesa é a *Espanha*, no sentido histórico da palavra – e não as fronteiras do país, da cultura, da literatura, e da língua nacional tal como hoje as concebemos.

Isso possibilita compreender de forma mais completa a relação entre a tradição do barroco português e a importância do padrão ibérico como circunstância modelar da escrita portuguesa seiscentista.



## 4. Resumo e perspectivas

Defendi neste capítulo que a escrita portuguesa em 1600 faz parte de um *ciclo histórico* que remete aos primeiros registros escritos, e tem seu fim a partir do início dos 1700. Entre a Idade Média e o século 17, os horizontes modelares e estruturantes da língua portuguesa não se limitam às fronteiras nacionais do país, mas sim estendem-se ao espaço maior Ibérico. É neste espaço que se podem melhor contextualizar os funcionamentos da norma escrita, das incorporações estilísticas, e daquilo que os falantes idealizam como a língua padrão

Este processo precisa por sua vez ser historicizado: no contexto medieval primeiro, ou “arcaico”, a relação se dá entre português e castelhano enquanto espelhamento de dialetos próximos. Gradualmente, a relação se transforma em rivalidade entre línguas literárias. Do renascimento até fins do século 17 a relação pode ser conceituada como efetiva diglossia.

Vimos que está em pauta, na reflexão lingüística do período, defender o português da caracterização de língua *grosseira, rude, tosca, inculta*. A defesa do português como língua de cultura foi um processo complexo em que se entrelaçaram três movimentos principais: a garantia da filiação ao latim; a elevação em relação ao galego; e a aproximação em relação ao castelhano.

No plano da escrita “literária”, a crise da autonomia da escrita portuguesa de desenrolou também em múltiplos processos. O bilingüismo literário é testemunha de que uma das soluções para a crise foi o abandono da expressão escrita na língua materna; vimos como alguns escritores justificaram esta opção pela *universalidade* e *clareza* do castelhano. Na historiografia da literatura portuguesa, a força do bilingüismo em seu apogeu – do início da regência dual em 1580, até a restauração entre 1640-1668 – tem sido explicada como raiz da interrupção de alguns gêneros em português (notadamente, a lírica e o teatro). A literatura que segue em português nos 1600 se

insere, no âmbito da estética, na matriz barroca – que deve também ser compreendida neste espaço maior Espanhol, quanto a suas origens e modelos. Vimos como, na *Corte na Aldeia*, a crise se instaura em um processo repleto de contradições, em que se prescreve a discrição para *cortesãos sem corte*.

Apenas no século 18 a centralidade do castelhano se dissipa; é quando os fatores históricos que foram importantes nos processos de idealização da língua desde o renascimento até os anos 1600 deixam de ser relevantes.

Já no início do 18, poderemos falar em línguas nacionais. Neste ponto, as transformações históricas levam a supor que o contexto Ibérico deixa de ser relevante. De um lado, isto remete à transformação radical da realidade portuguesa (formação de Portugal como Estado moderno); de outro lado, à transformação da realidade castelhana (declínio de Castela como potência política e cultural); e mais amplamente, à transformação da realidade Ibérica (marcando o fim da *Espanha* histórica como unidade cultural, no que tange a expressão literária).

...

Afirmo mais acima que os 1700 marcam o início de um “*novo ciclo histórico*”, noção que será preciso conceituar, para podermos compreender a profundidade da ruptura.

Por *ciclo histórico* compreendo uma fase cronológica na qual é possível reconhecer unidade estrutural, centralmente a partir de F. Novais – observando que Novais se refere à época que compreende o fim do antigo regime e o início do capitalismo moderno em Portugal como uma dessas épocas de mudança de ciclo ou transição histórica. Assim, quando nos referimos aqui às transformações do século 18, estamos remetendo a um processo que remete a uma multiplicidade de níveis de análise: a sociedade em sua dimensão cultural, social, econômica. No conjunto dessas

transformações se pode identificar as fronteiras entre os *ciclos históricos*<sup>73</sup>.

É neste sentido, portanto, que considere central o marco dos 1700. Naturalmente o *marco* é relativo – escolhemos a virada do século como simbólica; o processo se estende na dimensão fronteira. Mas lembro ainda que para F. Novais, é entre as duas últimas décadas do 17 e as duas primeiras décadas do 18 que as mudanças críticas nas sociedades européias tem lugar<sup>74</sup>. É neste quadro maior que devemos entender a *ruptura* do período “Ilustrado” em Portugal. Para Fernando Novais, ao longo da crise da virada do século 18 o eixo de poder se desloca do sul para o norte na Europa – como consequência do fim do Império Espanhol, força principal do antigo regime. *A crise da consciência européia* se desenrola portanto como crise do mundo ibérico, e surgimento do “ocidente” tal como o conhecemos.

<sup>73</sup>“Transição, já se disse com alguma propriedade, é tudo em história, a ponto de a própria história poder definir-se como o estudo da transição (Ortega y Gasset). Se, de fato, se quer indicar a inexistência de limites radicais, o inexorável entrelaçar-se dos acontecimentos no curso da história, a permanente coexistência de formas transatas com antecipações ainda não concretamente definidas, a afirmação ganha sentido e exprime um dos traços essenciais da realidade histórica. E, no entanto, para certas épocas mais do que para outras, a própria sensibilidade e a tradição do pensamento historiográfico vem revelando não ser desapropriado falar em transição e crise. É que, não obstante aquela inextricável interpenetração acima referida, o desenrolar da história é periodizado por estruturas globais e profundas, geradas na inevitável relação dos homens entre si na prática de sua vida histórica, e que passam a configurar o quadro de possibilidades em que se desenvolve a própria história; tais estruturas não cedem lugar a novas formas de convivência senão através de um processo de ruptura de suas traves básicas, o que imprime inexoravelmente maior ou menor aceleração no ritmo do tempo histórico. Tais acelerações, como indicou M. Dobb, são as revoluções verdadeiramente significativas da história. A esses momentos que medeiam entre as últimas manifestações das estruturas internas em seu pleno funcionamento e a precipitação das transformações que indica a substituição no quadro estrutural, quando é possível demarcá-los ainda que com a relatividade de toda periodização em história, parece-nos legítimo chamar épocas de transição. Dessas é, tanto quanto fomos capazes de apreender seu sentido, a época que vamos estudar”. (Novais, 1995)

<sup>74</sup>“Se quisermos agora fixar o momento decisivo da viragem, isto é, quando o pensamento tradicional passou para a retaguarda, é para o período que medeia entre o fim da centúria anterior [1600] e início de Setecentos que nos devemos voltar. Paul Hazard, que estudou essa transição num livro clássico [La crise de la conscience européenne, 1935], demarcou-a entre 1680 e 1715; aí se situa o que ele chamou com muito gosto e acerto a “crise da consciência européia” (...). Foi, na verdade, numa profunda mudança nos quadros mentais, com o abandono de antigos por novos valores, que se consubstanciou a vitória do pensamento moderno na sua contenda com a tradição; e foi nessa fase crítica da história espiritual da Europa que se cristalizaram essas “grandes mudanças psicológicas”: da estabilidade ao movimento, do antigo ao moderno, do sul para o norte. No quadro dessas mudanças é que se pode equacionar o triunfo do racionalismo moderno, cujas expressões fundamentais remontavam ao Renascimento e se desenvolveram no século XVII”.

Isto aqui nos interessa em um ponto crucial: diante da importância da transformação que opera na Europa em geral nos 1700, pode-se compreender a profundidade da transformação em Portugal, que neste período, crucialmente, pode libertar-se da égide *espanhola*. Isto se manifesta no âmbito econômico (com o início do novo ciclo do capitalismo em Portugal apontado por Novais), geopolítico (com a libertação da asfixia geográfica do país, pela política de alianças dirigida à Europa, em especial à Inglaterra), cultural (com a nova matriz de pensamento ligada à França), literário (com a “libertação neoclássica”, que agora podemos melhor contextualizar), e, aqui diríamos, lingüístico. Assim penso ter melhor fundamentado a noção de que o ciclo que compreende a escrita seiscentista é radicalmente distinto do ciclo que compreende a escrita setecentista. É neste contexto de amplas e profundas transformações que se sustenta minha afirmação de que será apenas no século 18 que o horizonte da língua portuguesa pode se libertar da matriz *Espanhola*.

Fundamentalmente, portanto, defendi que a escrita portuguesa dos 1600 se insere em um ciclo histórico distinto do que se aplica à escrita dos 1700. Esta afirmação se ampara nas abordagens históricas que concebem a transição representada pelo século 18 em Portugal como ruptura – ou um daqueles pontos de *aceleração* do tempo histórico em que se podem identificar as mudanças profundas.

Resta a este trabalho voltar às perguntas iniciais sobre a recomposição das etapas gramaticais do português, agora com o olhar enriquecido pela reflexão histórica.